Estratégia
CONCURSOS

Aul

Contabilidade Geral - Pronunciamentos Contábeis p/ CFC 2020.1 (Bacharel em Contábeis)

Professor: Gilmar Possati, Júlio Cardozo

CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

1. Apresentação 2
2. Cronograma 7
3. Reflexão 8
4. CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos 9
4.1. Aspectos Introdutórios (Lei n. 6.404/76) 9
4.2. Objetivo e Alcance 10
4.3. Periodicidade do Teste de Recuperabilidade 11
4.4. Reconhecimento e Mensuração de Perda por Desvalorização 14
4.5. Indicadores da Desvalorização do Ativo 17
4.6. Reversão da Perda por Desvalorização 18
4.7. Divulgação 22
5. Questões Comentadas 23
6. Resumo 64
7. Lista das Questões 65
8. Gabarito 84

1. APRESENTAÇÃO

Salve, salve galera do Estratégia... é com enorme satisfação que apresento um **curso novo totalmente formatado com o que há de mais recente em termos de Contabilidade Avançada (CPCs)**. A ideia é que possamos **"detonar"** as questões que versem sobre nossa disciplina no famigerado Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Você está pronto para "detonar" as questões que versem sobre os Pronunciamentos Contábeis/Normas Brasileiras de Contabilidade no Exame de Suficiência? Então você veio ao lugar certo!

Vamos detonar Contabilidade?

Vamos combinar o seguinte:

Se você obteve o diploma de Bacharel em Ciências Contábeis e não se sente confortável para realizar a prova do CFC ...

Se você não possui um desempenho bom nas provas de Contabilidade...

Se você se perde em meio a todos os detalhes que são exigidos no Exame...

Se você fica confuso com toda a quantidade de informações sobre Contabilidade...

Então eu vou te ajudar a conquistar a sua sonhada aprovação!

Se você já "bateu na trave" – e deseja de uma vez por todas acabar com o "fantasma" do Exame – mais uma vez, você está no lugar certo!

Como posso ajudar a "detonar" as questões de Contabilidade

Acredito que todos que pretendem serem aprovados no Exame de Suficiência do CFC devem ter **foco** e **objetividade**... dominar a arte de fazer o simples de forma efetiva.

Porém, com a quantidade enorme de informação disponível, como encontrar **técnicas práticas** que você pode utilizar para resolver as questões de Contabilidade com maior facilidade?

É aí que eu entro em cena!

Ao longo do tempo que estou aqui no Estratégia, já preparei centenas de alunos e tenho alcançado uma excelente avaliação.

Minha metodologia de ensino é simples, totalmente prática, sempre buscando **foco** e **objetividade**, para que você realmente consiga resolver as questões de Contabilidade com facilidade e conquiste seu objetivo maior: a aprovação!

Sobre o professor...

Sou Auditor Público Externo do TCE-RS. Sou formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especializado em Finanças Públicas pela Escola de Administração Fazendária (ESAF) e em Auditoria Financeira pela Universidade de Brasília (UnB) em convênio com o TCU. Minha carreira no setor público começou cedo aos 17 anos, momento em que fui aprovado no meu primeiro concurso público para a Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Após ter me formado, logrei êxito no concurso para o Quadro Complementar de Oficiais – Ciências Contábeis, da então Escola de Administração do Exército (EsAEx), concurso que passei em 2º lugar no âmbito nacional. Passados quase 10 anos no Exército, "larguei a farda" por ter sido aprovado para Analista de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (AFC/CGU) em 2012. Nesse mesmo ano, passei em 1º lugar para Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) para a área organizacional – Ciências Contábeis, mas acabei optando pela CGU. Em 2014 fui aprovado no concurso para Auditor Público Externo (Contabilidade) do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), meu atual cargo. Tenho experiência como instrutor e tutor da ESAF.

Sobre o Curso

Este é um curso de **teoria** e **exercícios comentados**. Meu objetivo aqui é prepará-lo (a) de forma ampla para resolver as questões que exijam conhecimentos sobre **Contabilidade Geral**, mais especificamente as inúmeras questões sobre as **Normas Brasileiras de Contabilidade** (NBCs TG) ou **Pronunciamentos Contábeis** (CPCs)! Para tanto, vamos adotar como parâmetro os últimos exames organizados pelas diversas bancas e, sempre que possível, direcionar para a **CONSULPLAN, considerando que agora já temos um histórico de exigência.**

A metodologia das aulas contempla, em cada tópico, a exposição da teoria seguida da resolução e comentário de questões anteriores sobre o assunto. Nos comentários, pode haver explicações novas. Assim, teoria e questões se complementam. Ao final de cada aula será apresentado ainda um **resumo** do conteúdo, na forma de esquemas, para facilitar a revisão da matéria.

Caso reste alguma dúvida que não tenha sido esclarecida na aula, não hesite em postá-la no **fórum**. O mesmo vale para críticas ou sugestões que podem ser encaminhadas para o meu e-mail. A possibilidade de interação com o professor é um dos diferenciais desse tipo de curso, portanto, não deixe de utilizar essa importante ferramenta!

Dito isso, as características principais deste curso são:

→ Conteúdo atualizadíssimo;

→ Teoria aliada à prática por meio de muitas questões comentadas;

→ Linguagem didática e descontraída proporcionando uma leitura leve e absorção efetiva do conhecimento necessário à sua aprovação;

→ Foco total naquilo que a banca mais exige;

→ Resumo ao final de cada aula para as revisões finais;

→ Fórum de dúvidas;

→ Videoaulas;

→ Contato direto com o professor por e-mail, Comunidade aberta no Telegram e na Mentoria Estratégica (caso tenha adquirido o pacote);

→ Curso focado no **Exame de Suficiência do CFC 2020.1**.

Assim, o curso está formatado para que possamos realizar uma **excelente** prova de Contabilidade Avançada (CPCs).

Fique tranquilo, pois nosso curso proporcionará uma preparação objetiva, totalmente atualizada e focada naquilo que a banca mais exige.

Trate-se de um curso bastante **completo** e **dinâmico**, com tudo que se tem direito, voltado tanto para os bacharéis recém formados como para aqueles mais "da antiga" que já se formaram a mais tempo e precisam **atualizar o conhecimento**.

Enfim, espero que você aproveite o curso, tire suas dúvidas, estude bastante e, na hora da prova, resolva as questões com confiança. Desse modo, todo o esforço empregado nessa fase preparatória será recompensado com a alegria que acompanha a aprovação, a qual espero compartilhar com você.

Cabe destacar que aproximadamente 40% da prova historicamente exige conhecimentos sobre Contabilidade Geral e Pronunciamentos Contábeis. Nada mais justo, pois dominar a Contabilidade é importante para o bom desempenho do exercício profissional, não é mesmo?

Portanto, meus caros, é preciso dominar essa disciplina, pois facilitará a conquista do nosso objetivo, a aprovação no exame.

De maneira geral, boa parte das questões não apresentam maiores dificuldades, porém são exigidos alguns detalhes que derrubam os "aventureiros". Ocorre que muitos profissionais não se preparam para a prova, apostam nos conhecimentos adquiridos durante sua formação e acabam sendo reprovados. Sabemos que nem todas as universidades apresentam o mesmo nível de qualidade. Assim, infelizmente existem muitas instituições que apresentam um ensino deveras deficiente, vale dizer, insuficiente para enfrentar o Exame CFC. Logo, entre os objetivos deste curso está o de nivelar o seu conhecimento a ponto de conseguir chegar no dia da prova com capacidade mais que suficiente para "detonar" as questões. Temos um bom tempo até o próximo exame. Assim, podemos nos preparar com calma, sem atropelamentos, de maneira que o conhecimento flua com naturalidade.

Destaca-se que com o conhecimento adquirido nesse curso, você estará preparado(a) para enfrentar **QUALQUER CONCURSO que exija conhecimentos sobre os CPCs/NBCs TG**. Assim, além de estar se preparando para o Exame, você estará também obtendo conhecimentos suficientes para fazer uma excelente prova de Contabilidade Geral/Avançada nos mais diversos concursos que exigem os assuntos estudados neste curso (Fiscos, Tribunais de Contas, TREs, TRFs, carreira de Contador nos diversos órgãos/entidades, etc).

É por isso que sempre digo: **O EXAME CFC É SÓ O COMEÇO**!

Acredite, muitos alunos nossos já aprovados no Exame CFC já conseguiram outras aprovações em cargos públicos da área contábil.

E é por isso que aqui no Estratégia você encontra a **PREPARAÇÃO MAIS COMPLETA** do mercado!

Mas, fique tranquilo(a) que teremos um **direcionamento por meio da Monitoria Estratégica** (disponível aos que adquiriram o pacote de cursos, também possível de adquiri-la avulso).

Nas nossas aulas vamos inserir questões de diversas bancas, além claro das questões exigidas nos últimos exames, de maneira que a preparação seja a mais completa possível.

Por fim, impende anotar que esse curso é fruto da percepção de que tínhamos que ter um curso específico para abordar os CPCs/NBCs TG, haja vista o aumento do número de questões e detalhes nas últimas provas!

A seguir destacamos alguns comentários enviados pelos alunos na ferramenta de avaliação do curso dos nossos cursos passados:

"Ótimo curso, completo e atualizado. Quem se dedicar aos estudos, com certeza será aprovado [...]".

"Excelente em todos os sentidos! "

"Excelente, muito bom mesmo".

"Curso incrível, muito bom! "

"Excelente curso. Indico a todos. Parabéns".

"Esse é o professor que mais me identifiquei. Às vezes me esqueço que estou estudando à distância. Parabéns! "

"O curso oferta um conteúdo de fácil compreensão! "

"Estou gostando muito deste curso, pois há informações que não houve tempo de ver na faculdade. Estou adorando o curso.

Obrigada!!!"

"Gostei muito do conteúdo do curso, o material é bem completo e de fácil entendimento".

"Aprendi coisas que não peguei na faculdade!! Dispensa críticas".

"O curso tem sido de suma importância para agregar mais conhecimentos, e aprimorar algumas técnicas que foram deixadas de lado na faculdade. Recomendo 100%!! Parabéns pela didática e pelo o empenho nos materiais".

Esperamos manter esse nível de excelência alcançado e, claro, sempre aperfeiçoar o curso para que ele realmente possa fazer a diferença na sua jornada rumo à aprovação no Exame e em outros concursos, se assim for seu objetivo!

Bons estudos!

Prof. Possati

prof.possati@gmail.com

Inscreva-se no nosso canal no YouTube: **Contabilizando**

Siga-me no **Instagram**: **@profgilmarpossati**

Instagram Estratégia CFC: **@estrategiacfc**

Acesse a Comunidade Estratégia CFC (Telegram): t.me/EstrategiaCFC

Temos ainda a comunidade exclusiva de alunos no Telegram (link está no curso da mentoria nos recados!!)

2. CRONOGRAMA

Aula	Conteúdo
Aula 0	CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Aula 1	CPC 04 – Ativo Intangível
Aula 2	CPC 16 – Estoques
Aula 3	CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada
Aula 4	CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
Aula 5	CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis
Aula 6	CPC 27 – Ativo Imobilizado
Aula 7	CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
Aula 8	CPC 24 - Evento Subsequente
Aula 9	CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo
Aula 10	CPC 29 – Ativo Biológico
Aula 11	CPC 36 - Demonstrações Consolidadas
Aula 12	CPC 28 - Propriedade para Investimento
Aula 13	CPC 48 – Instrumentos Financeiros
Aula 14	CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
Aula 15	CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais
Aula 16	CPC 12 - Ajuste a Valor Presente
Aula 17	CPC 15 - Combinação de Negócios CPC 19 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto
Aula 18	CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda
Aula 19	CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro

3. REFLEXÃO

Post extraído das nossas redes sociais: **@profgilmarpossati**

Preparado(a) para dar o primeiro passo no mundo dos Pronunciamentos Contábeis?

Então, vamos que vamos que a hora é agora!

4. CPC 01 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

4.1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS (LEI N. 6.404/76)

Pessoal, o Teste de Recuperabilidade de Ativos (*Impairment Test*) está previsto no Art. 183, §3º da **Lei nº 6.404/76**, senão vejamos (grifos nossos):

Art. 183, § 3º A companhia **deverá** efetuar, **periodicamente**, análise sobre a recuperação dos valores registrados no **imobilizado** e no **intangível**, a fim de que sejam:

I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Veja que a companhia "deverá", ou seja, **o teste de recuperabilidade é uma obrigação** e não uma possibilidade...

Além disso, observe que a Lei determina que o teste seja efetuado **periodicamente**. E qual é esse período, professor?

Apesar de a Lei não deixar "amarrado" qual seria esse período, o CPC 01 prescreve que o teste deve ser realizado periodicamente, **no mínimo, anualmente**. Estudaremos melhor esse ponto na sequência.

Observe, ainda, que, nos termos da Lei 6.404/76, o teste de recuperabilidade é aplicado sobre o ativo imobilizado e o ativo intangível.

Porém, aqui vale destacarmos que, segundo a doutrina contábil e o CPC 01, esse teste se obriga a ser feito para praticamente todos os ativos. Estudaremos a seguir o alcance do CPC 01.

Por fim, a Lei nos indica duas finalidades do teste:

- registrar as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor;
- revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Essas duas finalidades nos indicam duas hipóteses de aplicação do teste de recuperabilidade, as quais estão destacadas no quadro abaixo:

Hipóteses de aplicação do Teste de Recuperabilidade (Lei 6.404/76)

Hipótese	Objetivo
Interrupção das Atividades	**Registrar as perdas de valor do capital aplicado** quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor.
Determinação da vida útil econômica	Revisar e ajustar os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização.

Bem, pessoal, agora que já estudamos a previsão do teste de recuperabilidade na legislação societária, passemos ao estudo do CPC 01 propriamente dito.

4.2. Objetivo e Alcance

O **objetivo** do CPC 01 é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

O CPC 01 é aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de **todos os ativos**, **exceto**:

a) estoques;

b) ativos advindos de contratos de construção;

c) ativos fiscais diferidos;

d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados;

e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros*;

f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo;

g) ativos biológicos

h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro; e

i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda.

* O CPC 01 é aplicado a ativos financeiros classificados como controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto (item 4, CPC 01).

Pessoal, assim podemos afirmar que o CPC 01 alcança todos os ativos, exceto os descritos acima. Não significa que esses demais ativos não são "testados". Ocorre que eles estão no alcance de outros

pronunciamentos específicos que determinam outras disposições orientadoras para reconhecimento e mensuração desses ativos.

Não conheço alguma questão que tenha explorado isso, mas esse ponto poderia ser exigido da seguinte forma:

1. (INÉDITA) O objetivo do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, são exemplos de ativos que estão no alcance do CPC 01 os ativos imobilizados, os ativos intangíveis e os estoques.

Comentários

A questão está **errada**. Conforme vimos acima, os estoques não estão dentro do alcance do CPC 01.

Esse é um exemplo de como o examinador pode explorar esse ponto do CPC 01. Se vier algo nesse sentido é claro que nós vamos "detonar", não é mesmo?

Gabarito: Errado

4.3. Periodicidade do Teste de Recuperabilidade

Estudamos acima que a Lei 6.404/76 determina que o teste seja efetuado **periodicamente**. Na oportunidade, vimos que apesar de a Lei não deixar "amarrado" qual seria esse período, o CPC 01 prescreve que o teste deve ser realizado periodicamente, **no mínimo, anualmente**. Pois bem... vamos detalhar um pouco mais esse ponto.

Nos termos do CPC 01, a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. **Se houver alguma indicação**, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Observe que para os ativos em geral, somente se houver indicação de desvalorização do ativo é que a entidade irá estimar o valor recuperável.

Porém, essa sistemática é diferente para os seguintes ativos:

- Intangível com vida útil indefinida;
- Intangível não disponível para uso;
- Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.

Veja o que estabelece o CPC 01:

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, **no mínimo anualmente**, a redução ao valor recuperável de um **ativo intangível com vida útil indefinida** ou de um **ativo intangível ainda não disponível para uso**, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Esse teste de redução ao valor recuperável pode ser executado a qualquer momento no período de um ano, desde que seja executado, todo ano, no mesmo período. Ativos intangíveis diferentes podem ter o valor recuperável testado em períodos diferentes.

Entretanto, se tais ativos intangíveis foram inicialmente reconhecidos durante o ano corrente, devem ter a redução ao valor recuperável testada antes do fim do ano corrente; e

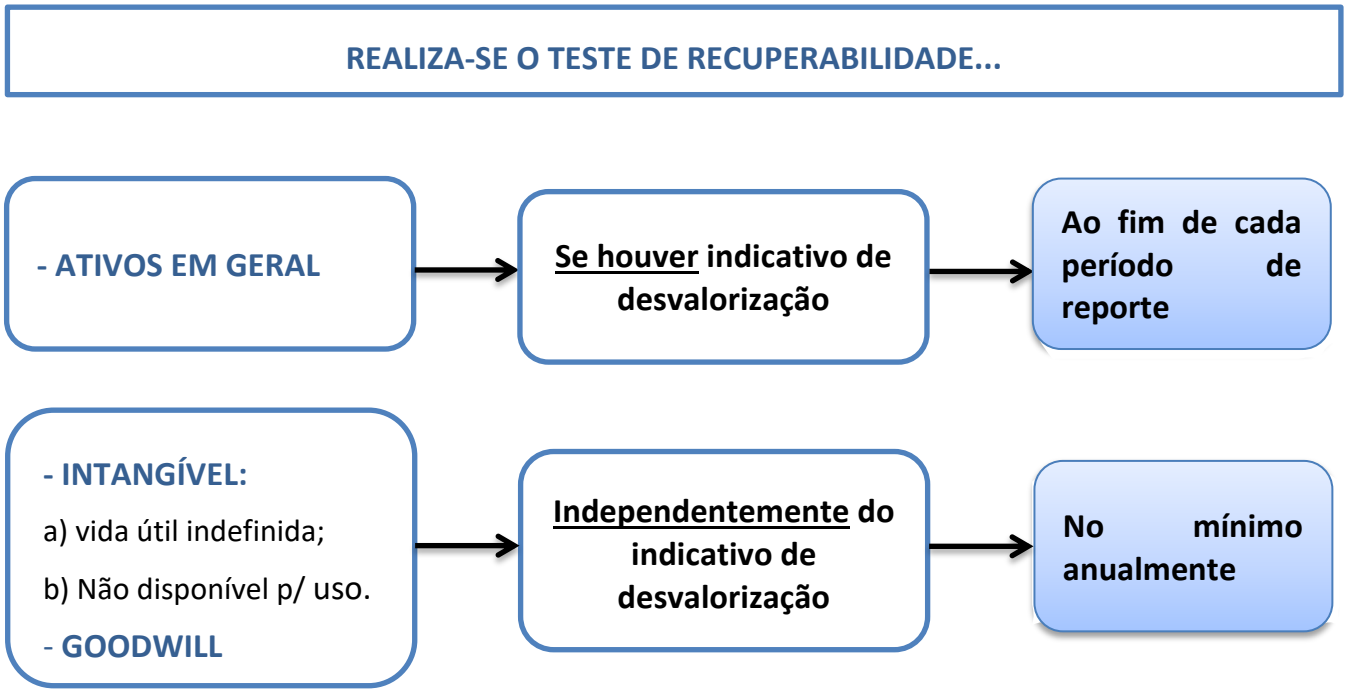
(b) testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios [...].

Qual o sentido de o CPC 01 diferenciar esses ativos?

Ocorre que os ativos em geral passam pelo processo de depreciação, amortização e exaustão, ou seja, passam pelo processo normal de desvalorização decorrente do desgaste, obsolescência ou exaurimento natural. Logo, a entidade verifica apenas se houve indícios de perdas (anormais) e, caso positivo, procede com o teste de recuperabilidade.

Por outro lado, os demais ativos citados (exceções), não sofrem esse processo normal (depreciação/exaustão/amortização). Nesse sentido, há necessidade de a entidade testar esses ativos, independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável (indício de perda).

O esquema a seguir resume esse entendimento:



Agora que estudamos o objetivo e o alcance do CPC 01, além da periodicidade do teste de recuperabilidade, vamos passar ao estudo objetivo e focado daquilo que vem sendo mais exigido em concursos.

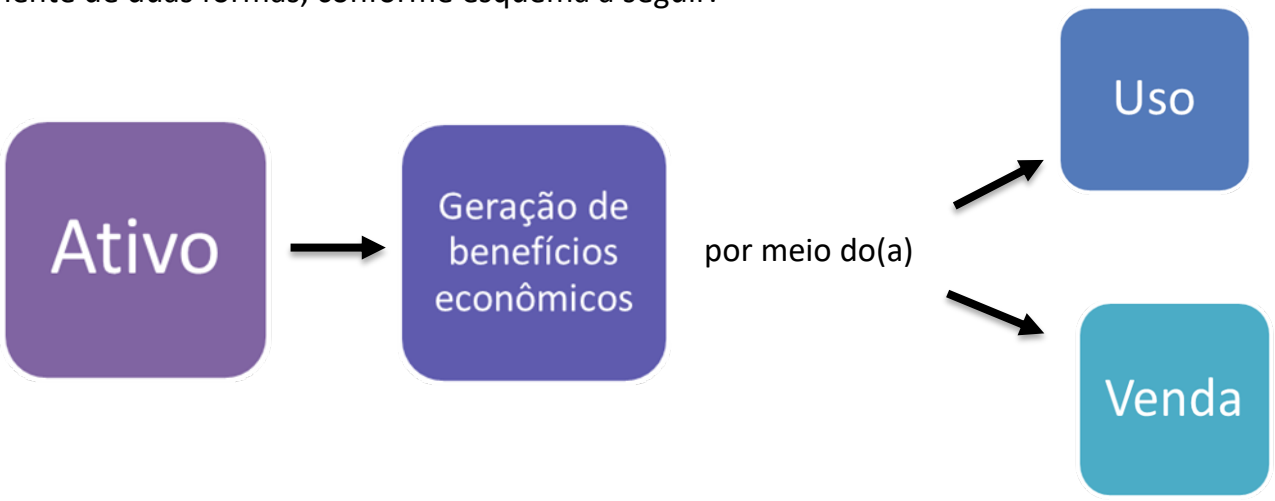
Pessoal, tendo em vista que a maioria das exigências em provas trata da execução do teste no ativo imobilizado, vamos dar maior ênfase aos procedimentos do CPC 01 a esse tipo de ativo. Mas, podem ser feitas analogias aos demais ativos, considerando-se, claro, as particularidades de cada ativo. Avante!

Conforme estudamos na aula referente à Estrutura Conceitual, o conceito de ativo envolve três características, sendo que uma delas é a geração de benefícios econômicos. Pois bem... essa característica está estritamente ligada ao que vamos estudar a seguir.

Quanto mais gerar benefício econômico melhor é esse ativo para a empresa, não é mesmo? E se esse ativo deixar de gerar benefícios? Aí, claro, não mais se enquadra na definição de ativo e, portanto, não deve mais ser evidenciado no Balanço Patrimonial.

E como os ativos geram benefícios econômicos futuros, professor?

Basicamente de duas formas, conforme esquema a seguir:



Nesse sentido, as empresas recuperam o valor investido em ativos por meio da venda desse ativo e principalmente por meio do seu uso.

Entendido esse fundamento, vamos estudar o que é afinal o teste de recuperabilidade.

O teste de recuperabilidade (*impairment*) consiste no confronto entre o **valor contábil** de um ativo com seu **valor recuperável**.

E por que motivo efetuamos esse teste?

É simples... nenhum ativo pode ser evidenciado no Balanço Patrimonial por valor superior ao valor recuperável pelo **uso** ou pela **venda** do ativo.

A ideia é a seguinte... conforme estudamos acima, sempre que uma empresa adquire um ativo ela espera que esse ativo gere benefícios econômicos futuros e, portanto, que o valor seja recuperado, ou seja, retorne para empresa por meio do uso do ativo ou por meio de sua venda. É aqui que surgem os conceitos de valor em uso e valor líquido de venda, abaixo estudados.

Bem... agora que estudamos o que é o teste de recuperabilidade, temos que entender os conceitos relacionados... vamos estudá-los?

O **valor contábil** é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

O **valor recuperável**, por sua vez, é definido como o **MAIOR** valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo.

O valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em condições normais envolvendo partes conhecedoras e independentes, deduzido das despesas necessárias para que essa venda ocorra.

O valor em uso de um ativo imobilizado é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (benefícios econômicos futuros esperados do ativo) decorrentes do seu emprego ou uso nas operações da entidade.

Professor, sempre estudei em Contabilidade que, segundo o Princípio da Prudência, na dúvida usamos o **menor** valor para o ativo. Agora o CPC fala em **maior**? Qual é a desse CPC?

É simples, caro estudante! Aqui o raciocínio é diferente. Vamos a um exemplo que vai ficar mais claro...

A empresa adquire um caminhão por R$ 200.000,00, classificando-o no imobilizado. Utilizando esse caminhão durante determinado período ela gera benefícios econômicos de R$ 250.000,00. Porém, vendendo-o ela obtém R$ 180.000,00. E aí, qual você acha que vai ser a melhor opção para a empresa? É claro que ela vai utilizar o caminhão "até o talo" (muito). Logo, vai usar o **maior valor**.

4.4. Reconhecimento e Mensuração de Perda por Desvalorização

4.4.1. Ativo Individual

A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo no resultado do período apenas se o valor contábil desse ativo for superior ao seu valor recuperável.

Se Valor Contábil > Valor Recuperável = Perda por desvalorização

Nessa situação, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. A perda por desvalorização a ser reconhecida no resultado do período é mensurada com base no montante em que o valor contábil do ativo supera seu valor recuperável.

A contabilização da perda é a seguinte:

D – Perda por desvalorização (despesa: resultado)
C – Perda estimada por valor não recuperável (retificadora do Ativo).

Observação: existem outras nomenclaturas dessas contas. "Perda por redução ao valor recuperável", por exemplo, é uma outra nomenclatura utilizada. O que importa é você saber a essência do registro (debita uma despesa e credita uma conta redutora do ativo).

Se, por outro lado, o ativo estiver registrado por valor inferior ao valor recuperável, nenhuma providência deverá ser tomada pela entidade.

Para entender melhor como funciona essa teoria na prática, vamos ver como o assunto é exigido? Vamos ao primeiro "exemplo real" da aula.

2. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRF4/2010) A Cia. Delfim Verde, em obediência às normas brasileiras de contabilidade, fez, em 31/12/2009, o teste de recuperabilidade (*impairment test*) do valor de uma máquina utilizada na fabricação de seus produtos. Os dados abaixo foram levantados pelo departamento de contabilidade da empresa (em R$):

Valor em uso da máquina 620.000,00

Valor líquido de venda 610.000,00

Custo de aquisição 710.000,00

Depreciação Acumulada 70.000,00

A companhia deve registrar uma perda no valor do ativo de R$

a) 100.000,00.

b) 90.000,00.

c) 10.000,00.

d) 30.000,00.

e) 20.000,00.

Comentários

Pessoal, essa é uma típica questão envolvendo aplicação prática do CPC 01. Para resolvermos questões dessa natureza, podemos seguir a seguinte lógica:

1º Passo: Calcular o valor contábil.

Assim, temos:

Valor Contábil = Valor de Aquisição – Depreciação – Ajuste para perdas

Valor Contábil = 710.000,00 – 70.000,00

Valor Contábil = 640.000,00

2º Passo: Verificar qual o valor recuperável.

Assim, temos:

Valor em uso = 620.000,00

Valor líquido de venda = 610.000,00

Valor Recuperável = 620.000,00 (maior entre os dois)

3º Passo: Comparar o valor contábil com o valor recuperável.

Se valor contábil > valor recuperável = efetuar ajuste

Caso contrário, nenhum ajuste é realizado.

Assim, temos:

Valor contábil (640.000,00) > Valor Recuperável (620.000,00)

Logo, devemos reconhecer uma perda no valor de **20.000,00**.

Gabarito: E

Prezado estudante, veja que não há segredo! Aplicando os passos acima você certamente vai chegar ao gabarito! Quer uma notícia boa?

Simplesmente com o conhecimento que estudamos até agora podemos acertar a **maioria das questões** que exigem o CPC 01! É isso mesmo... Quando chegarmos nas questões comentadas você irá comprovar essa percepção.

Baixe o infográfico que elaboramos sobre esse ponto do CPC 01 no seguinte link:

https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/infografico-cpc-01-reducao-ao-valor-recuperavel/

Vamos em frente com a parte teórica, pois existem mais alguns detalhes que podem ser explorados na nossa prova. E, claro, como nosso objetivo é "detonar os CPCs", não podemos deixar passar em branco esses pontos, não é mesmo? Então, avante!

Perda por Desvalorização de Ativo Reavaliado

Nos termos do CPC 01, a perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, **a menos que o ativo tenha sido reavaliado**.

Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

A perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em **outros resultados abrangentes** (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.
Vamos ver como isso já foi exigido em prova?

3. (FCC/Agente Legislativo/ALESP/2010) A empresa Lâmbda S.A. realizou o teste de recuperabilidade de ativos e constatou a perda de valor em um ativo reavaliado, em montante inferior ao saldo da Reserva de Reavaliação. Essa empresa deve:
a) manter o valor do bem, uma vez que o mesmo apresenta o valor reavaliado.

b) lançar a perda a débito da conta de resultado, pelo valor total, realizando o valor da reserva de reavaliação.

c) reverter a reserva de reavaliação do Patrimônio Líquido contra a conta de reserva de reavaliação no Ativo.

d) lançar a perda a crédito da conta de ajuste especial no Patrimônio Líquido.

e) registrar contra a conta de reavaliação no Patrimônio Líquido, até o montante do valor da perda.

Comentários

Conforme estudamos, a perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado.

Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

A questão nos informa que a empresa "constatou a perda de valor em um ativo reavaliado, em montante inferior ao saldo da Reserva de Reavaliação".

Logo, como o montante da perda é inferior ao valor da reserva de reavaliação, a empresa deve registrar contra a conta de reavaliação no Patrimônio Líquido, até o montante do valor da perda.

Gabarito: E

4.5. Indicadores da Desvalorização do Ativo

Nos termos do CPC 01, ao avaliar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, a entidade deve considerar, no mínimo, as seguintes indicações:

Fontes Externas	Fontes Internas
Há indicações observáveis de que o valor do ativo diminuiu significativamente durante o período, mais do que seria de se esperar como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.	Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo.
Mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade ocorreram ou ocorrerão, no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal.	**Mudanças significativas**, com efeito adverso sobre a entidade, ocorreram ou ocorrerão, na extensão pela qual, ou **na maneira na qual, um ativo é ou será utilizado***.
As taxas de juros de mercado ou outras taxas aumentaram durante o período, e	Evidência disponível, proveniente de relatório interno, que indique que o

esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor em uso de um ativo e diminuirão materialmente o valor recuperável do ativo.	desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.
O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado.	

* Essas mudanças incluem o ativo que se torna inativo ou ocioso, planos para descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence, planos para baixa de ativo antes da data anteriormente esperada e reavaliação da vida útil de ativo como finita ao invés de indefinida.

Observação: A relação acima não é exaustiva. A entidade pode identificar outras indicações ou fontes de informação de que um ativo pode ter se desvalorizado, exigindo que a entidade determine o seu valor recuperável ou, no caso do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), proceda ao teste de recuperação.

Para fechar esse ponto, vale destacar o seguinte item do CPC 01:

Se houver indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização, isso pode indicar que a vida útil remanescente, o método de depreciação, amortização e exaustão ou o valor residual para o ativo necessitem ser revisados e ajustados em consonância com os Pronunciamentos Técnicos aplicáveis ao ativo, mesmo que nenhuma perda por desvalorização seja reconhecida para o ativo.

Superado mais um ponto do CPC 01, agora vamos estudar o assunto “reversão da perda por desvalorização”.

4.6. Reversão da Perda por Desvalorização

Nos termos do CPC 01, uma perda por desvalorização reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), deve ser revertida se, e somente se, tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida.

Se esse for o caso, o valor contábil do ativo deve ser aumentado para seu valor recuperável. Esse aumento ocorre pela **reversão da perda por desvalorização**.

O Limite da reversão da perda é igual ao valor do custo contábil do ativo, caso não houvesse nenhuma perda por desvalorização (item 117 do CPC 01).

Segundo o CPC 01, a reversão de perda por desvalorização reflete um aumento no potencial de serviços estimados de um ativo, ou pelo uso ou pela venda, desde a data em que a entidade reconheceu pela última vez uma perda por desvalorização para o ativo.

Observação: o CPC 01 destaca que o valor em uso de um ativo pode se tornar maior do que seu valor contábil simplesmente porque o valor presente de futuras entradas de caixa aumenta na medida em que essas entradas se tornam mais próximas da data atual. Entretanto, o potencial de serviços do

ativo não aumentou. Portanto, **a perda por desvalorização não deve ser revertida simplesmente por causa da passagem do tempo**, **mesmo que o valor recuperável do ativo se torne maior do que seu valor contábil.**

4.6.1. Reversão de Perda por Desvalorização para Ativo Individual

Segundo o CPC 01, o aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.

A regra acima disposta no CPC 01 diferencia o aumento do valor contábil decorrente da reversão da perda do aumento decorrente de reavaliação, atualmente proibida pela legislação brasileira.

A reversão de perda por desvalorização de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), **deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período**, a menos que o ativo esteja registrado por valor reavaliado de acordo com outro Pronunciamento (o que atualmente é uma situação que não ocorre na prática, pois a legislação brasileira não permite a reavaliação).

A contabilização da reversão da perda é a seguinte:

D – Perda estimada por valor não recuperável (retificadora do Ativo)
C – Reversão de Perda por desvalorização (receita: resultado)

Depois que a reversão de perda por desvalorização é reconhecida, a despesa de depreciação, amortização ou exaustão para o ativo deve ser ajustada em períodos futuros para alocar o valor contábil revisado do ativo menos seu valor residual (se houver) em base sistemática sobre sua vida útil remanescente. Estudaremos, na prática, esse ponto quando resolvermos algumas questões sobre depreciação, no âmbito do estudo do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Vamos ver como isso já foi exigido?

4. (CESPE/Analista Judiciário/Contadoria/STJ/2015) A respeito da mensuração de ativos e da aplicação dos seus respectivos procedimentos patrimoniais, julgue o item que se segue.
A reversão da perda por irrecuperabilidade de ativos deve ser reconhecida em contas de patrimônio líquido, em razão de sua natureza.

Comentários

Conforme estudamos, a reversão de perda por desvalorização de um ativo, exceto o *goodwill*, deve ser reconhecida imediatamente no resultado do período.

Gabarito: Errado

4.6.2. Reversão de perda por desvalorização para uma unidade geradora de caixa

A reversão de perda por desvalorização para uma unidade geradora de caixa deve ser alocada aos ativos da unidade, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), proporcionalmente ao valor contábil desses ativos. Esses aumentos em valores contábeis devem ser tratados como reversão de perdas por desvalorização de ativos individuais e reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Em suma, é o mesmo procedimento que estudamos para os ativos individuais. Apenas o CPC informa que a reversão da perda deve ser alocada de forma proporcional, o que é bem lógico, não é mesmo?

4.6.3. Reversão de perda por desvalorização do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)

Nos termos do CPC 01, a perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser revertida em período subsequente.

O CPC 01 explica que o Pronunciamento Técnico CPC 04 – Ativo Intangível proíbe o reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) gerado internamente.

Nesse sentido, qualquer aumento no valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) nos períodos subsequentes ao reconhecimento de perda por desvalorização para esse ativo é equivalente ao reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente (*goodwill* gerado internamente) e não reversão de perda por desvalorização reconhecida para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).

Tenho quase certeza que você não entendeu p#&*@ nenhuma do que o CPC quis explicar, não é mesmo?

Eu confesso que também demorei a entender... vou tentar dar uma clareada...

Existem dois tipos de ágios (*Goodwill*): o ágio pago e o ágio gerado internamente.

O **ÁGIO PAGO** ocorre, grosso modo, quando a empresa adquire um investimento por valor superior ao valor justo. Em termos mais técnicos, é representado pela diferença positiva entre o valor pago (ou valores a pagar) e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida.

Ágio pago por rentabilidade futura = valor pago – valor justo

O **ÁGIO GERADO INTERNAMENTE**, por sua vez, ocorre quando a própria empresa por meio de suas pesquisas e atividades gera um valor agregado a determinado intangível, ocorrendo uma expectativa de rentabilidade futura.

Assim, o que o CPC "fala" é que o aumento no valor recuperável do ágio pago após já ter sido reconhecida uma perda equivale ao reconhecimento de um ágio gerado internamente. E, como o CPC 04 proíbe o reconhecimento de ágio gerado internamente, a perda por desvalorização reconhecida para o ágio (pago) por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser revertida em período subsequente.

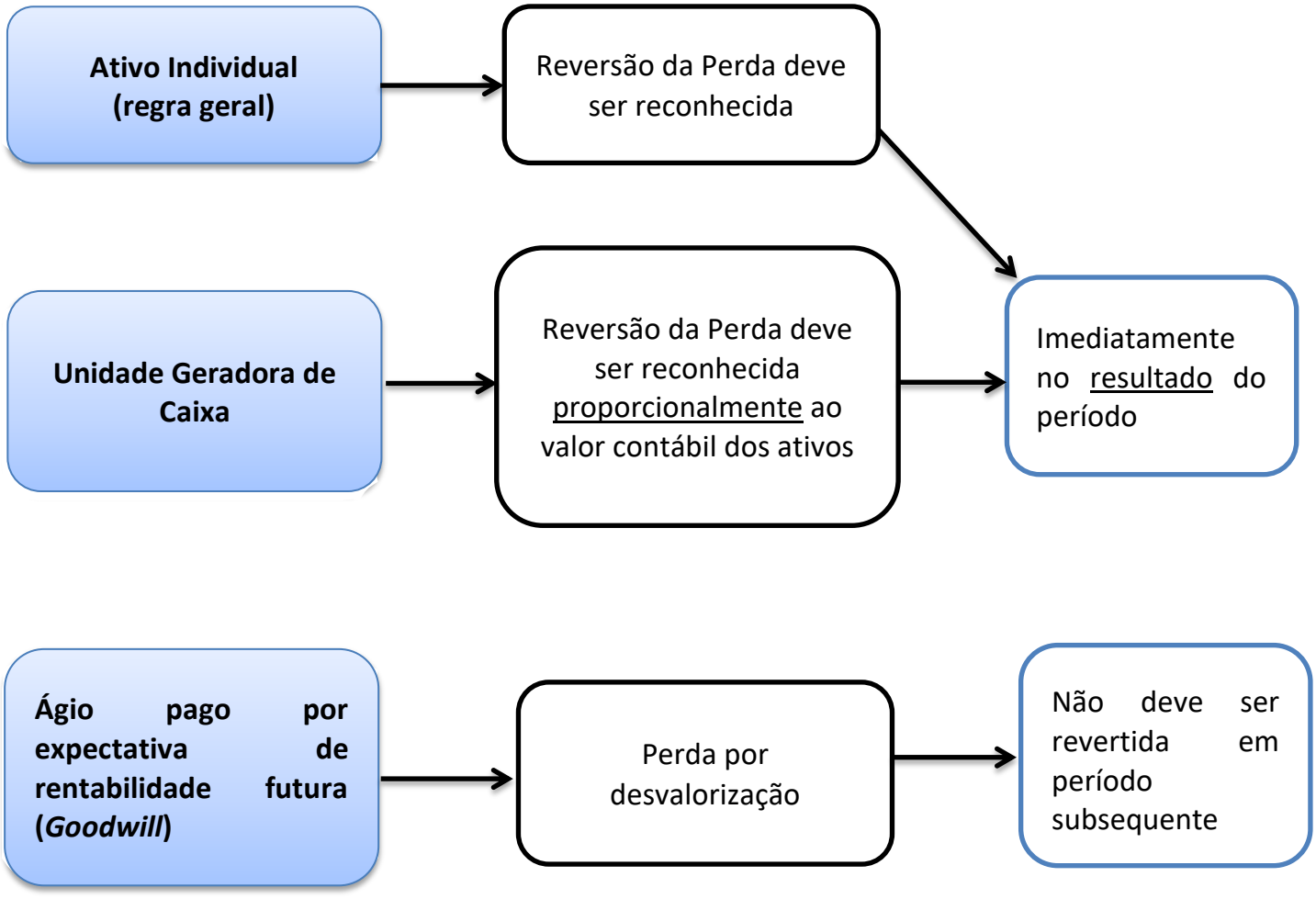
Creio que isso ficará mais fácil de entender no decorrer do nosso curso, quando estudarmos o CPC 04. De qualquer forma, para fins de prova, o que importa é saber o seguinte:

A perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser revertida em período subsequente.

O porquê disso não vai ser exigido...

De forma esquemática (que beleza!), temos:

REVERSÃO DE PERDAS POR DESVALORIZAÇÃO



4.7. DIVULGAÇÃO

A entidade deve divulgar as seguintes informações para cada classe de ativos:

a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;

b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;

c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e

d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

5. QUESTÕES COMENTADAS

5. (CONSULPLAN/Exame Suficiência/2019.1) Com base na NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável de ativos, analise as afirmativas a seguir.

I. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

II. As perdas por desvalorização reconhecidas para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) devem ser revertidas em períodos subsequentes.

III. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

Comentários

Vamos analisar as assertivas.

I – **Certo**. Nos termos do CPC 01, a perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, **a menos que o ativo tenha sido reavaliado**. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do saldo da reavaliação.

A perda por desvalorização de ativo reavaliado deve ser reconhecida em **outros resultados abrangentes** (na reserva de reavaliação) na extensão em que a perda por desvalorização não exceder o saldo da reavaliação reconhecida para o mesmo ativo. Essa perda por desvalorização sobre o ativo reavaliado reduz a reavaliação reconhecida para o ativo.

Quando o montante estimado da perda por desvalorização for maior do que o valor contábil do ativo ao qual se relaciona, a entidade deve reconhecer um passivo se, e somente se, isso for exigido por outro Pronunciamento Técnico.

II – **Errado**. Nos termos do CPC 01, a perda por desvalorização reconhecida para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) não deve ser revertida em período subsequente.

III – **Certo**. Nos termos do CPC 01, a entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. **Se houver alguma indicação**, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Gabarito: C

Observação: ao final da lista mais algumas questões já explorados no Exame CFC.

6. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT7/2017) Determinada empresa adquiriu um equipamento produtivo, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R$ 250 mil. A empresa trabalha com um valor residual de 10% para todos os seus ativos produtivos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso do referido equipamento produtivo em R$ 125 mil, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R$ 135 mil.

Nessa situação hipotética, a empresa deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de

a) R$ 2,5 mil.

b) R$ 10,0 mil.

c) R$ 12,5 mil.

d) R$ 22,5 mil.

Comentários

Pessoal, essa é uma questão que exige conhecimentos também da depreciação. Não vamos entrar no mérito do estudo da depreciação, pois foge do nosso propósito nesse momento (vamos estudar na aula sobre o CPC 27). Mas, é interessante inserirmos essa questão aqui para você ver como a banca pode exigir dois assuntos em uma questão só. Inclusive, essa é uma tendência de exigência que temos verificado.

Para resolver esse tipo de questão basta usar os três passos a seguir:

1º Passo: Calcular o valor contábil.

Valor Contábil = Valor de Aquisição – Depreciação – Ajuste para perdas

Como a questão não informou o valor da depreciação devemos calcular. Veja que as informações foram fornecidas. Assim, temos:

Valor de Aquisição	250.000,00
(-) Valor Residual	(25.000,00)
(=) Valor Depreciável	225.000,00

Depreciação anual = 225.000/10 anos = 22.500,00

Depreciação acumulada = 22.500,00 x 5 anos = 112.500,00

Valor Contábil = 250.000,00 – 112.500,00 – 0,00

Valor Contábil = 137.500,00

2º Passo: Verificar qual o valor recuperável.

Valor em uso = 125.000,00

Valor líquido de venda = 135.000,00

Valor Recuperável = 135.000,00 (**maior** entre os dois)

3º Passo: Comparar o valor contábil com o valor recuperável.

Se valor contábil > valor recuperável = efetuar ajuste

Caso contrário, nenhum ajuste é realizado.

Assim, temos:

Valor contábil (137.500,00) > Valor Recuperável (135.000,00)

Logo, devemos reconhecer uma perda no valor de **2.500,00.**

Gabarito: A

---

7. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015) **Situação hipotética**: Ao final de 2014, determinada companhia estimou o valor em uso do seu imobilizado em R$ 2 milhões e o valor líquido de venda em R$ 1,7 milhão. Na mesma data, o valor contábil líquido desse imobilizado era de R$ 1,5 milhão. **Assertiva**: Nesse caso, a companhia deve fazer um lançamento contábil para redução ao valor recuperável, cujo débito será em conta de resultado, resultando em redução da situação líquida da companhia.

Comentários

Vamos analisar a situação hipotética:

Valor Contábil líquido = 1,5 milhão

Valor Recuperável = 2 milhões (maior valor)

Como o valor contábil é menor que o valor recuperável, nenhuma providência deverá ser tomada pela entidade.

Gabarito: Errado

---

8. (CESPE/Contador/FUB/2015) Com relação a avaliação e mensuração de itens patrimoniais, julgue o item que se segue.

Considere que uma máquina industrial tenha sido adquirida por R$ 120 mil e, posteriormente, tenha sofrido depreciação de R$ 20 mil. O valor em uso dessa máquina foi calculado em R$ 95 mil e seu valor líquido de venda foi apurado em R$ 97,5 mil. Nessa situação, caso a empresa deseje manter o bem em operação, deveria constituir provisão para redução ao valor recuperável de R$ 5 mil.

Comentários

Mais uma questão clássica!

1º Passo: Calcular o valor contábil.

Valor Contábil = Valor de Aquisição – Depreciação – Ajuste para perdas

Valor Contábil = 120.000,00 – 20.000,00 – 0,00

Valor Contábil = 100.000,00

2º Passo: Verificar qual o valor recuperável.

Valor em uso = 95.000,00

Valor líquido de venda = 97.500,00

Valor Recuperável = 97.500,00 (maior entre os dois)

3º Passo: Comparar o valor contábil com o valor recuperável.

Se valor contábil > valor recuperável = efetuar ajuste

Caso contrário, nenhum ajuste é realizado.

Assim, temos:

Valor contábil (100.000,00) > Valor Recuperável (97.500,00)

Logo, devemos reconhecer uma perda no valor de **2.500,00.**

Gabarito: Errado

---

9. (CESPE/Auditor Governamental/CGE-PI/Adaptada/2015) Se, após o levantamento dos saldos e antes do encerramento do balanço, for constatada perda de valor recuperável de ativos imobilizados, essa perda deverá ser registrada em conta própria do ativo imobilizado e terá impacto negativo no resultado do exercício.

Comentários

Pessoal, essa questão originalmente possuía um rol de contas, mas para resolver a questão, não há necessidade de inserirmos a tabela com as contas aqui.

Conforme estudamos, se ao procedermos com o teste de recuperabilidade constatarmos perda de valor recuperável de ativos imobilizados, essa perda deverá ser registrada em conta própria do ativo imobilizado em contrapartida de uma despesa. Sendo assim, haverá um impacto negativo no resultado do exercício, conforme podemos observar no lançamento abaixo:

D – Perda por desvalorização (despesa → resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável (retificadora do Ativo).

Gabarito: Certo

---

10. (CESPE/Contador/SUFRAMA/2014) Acerca dos itens tratados nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

Uma empresa aufere benefícios de um ativo com o seu uso ou sua venda, normalmente avaliado pelo seu valor de troca. Assim, para determinar o valor recuperável de um item considerado como unidade geradora de caixa, deve-se obter o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.

Comentários

Segundo o CPC 01 (R1),

"74. O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Para o propósito de determinar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa, qualquer referência a “um ativo”, constante dos itens 19 a 57 deve ser lida como referência a “uma unidade geradora de caixa”.

Assim, o valor recuperável será o **maior** entre o valor em uso e o valor justo líquido da venda.

Gabarito: Certo

---

11. (CESPE/Consultor Legislativo/Câmara dos Deputados/2014) A aplicação do teste de valor recuperável a um ativo ou grupo de ativos de longo prazo visa assegurar que seu valor contábil líquido não seja superior ao seu valor recuperável, definido como o menor valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

Comentários

Corrigindo o item, temos:

A aplicação do teste de valor recuperável a um ativo ou grupo de ativos de longo prazo visa assegurar que seu valor contábil líquido não seja superior ao seu valor recuperável, definido como o **maior** valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

Gabarito: Errado

---

12. (CESPE/Analista/Ciências Contábeis/ANTAQ/2014) Acerca da forma de contabilização e mensuração de itens patrimoniais, julgue o item subsecutivo.

Considere que o valor contábil líquido de um equipamento industrial seja R$ 10.000, o valor em uso, R$ 9.000 e o valor líquido de venda, R$ 10.100. Nessa situação, caso a empresa deseje continuar usando o bem em seu processo produtivo, deverá ser constituída provisão, para a redução ao valor recuperável, de R$ 1.000.

Comentários

Valor Contábil = 10.000

Valor Recuperável = 10.100 (maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda)

Como o valor contábil é menor que o valor recuperável, não há reconhecimento de perda.

Gabarito: Errado

---

13. (CESPE/Especialista/Contabilidade/ANATEL/2014) No item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

Um item do imobilizado de uma empresa foi registrado inicialmente pelo valor de custo de R$ 200 mil. Dois anos depois, a amortização acumulada desse imobilizado foi de R$ 80 mil. Entretanto, foram estimados os seguintes valores para esse imobilizado: R$ 110 mil para o valor em uso e R$ 140 mil para o valor justo líquido da despesa de venda. Nessa situação, no final do segundo ano deverá ser reconhecida uma perda por impairment, referente a esse item, no valor de R$ 20 mil.

Comentários

Efetuando o teste de recuperabilidade, temos:

Valor Contábil = 120.000,00 (200.000,00 – 80.000,00)

Valor Recuperável = 140.000,00 (maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda)

Como o valor contábil é menor que o valor recuperável, não há reconhecimento de perda.

Gabarito: Errado

---

14. (CESPE/Especialista/Contabilidade/ANATEL/2014) Havendo indícios da redução do valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida, deve-se proceder ao teste de redução do valor recuperável, comparando-se esse valor com o valor de mercado do ativo.

Comentários

Corrigindo o item, temos:

Havendo indícios da redução do valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida, deve-se proceder ao teste de redução do valor recuperável, comparando-se esse valor com o **valor contábil**.

Gabarito: Errado

---

15. (CESPE/Contador/CADE/2014) De acordo com o posicionamento técnico do CPC, julgue o item subsequente, relativo ao *impairment test*.

A entidade deve testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em aquisições de participação societária que lhe permita obter o controle da adquirida.

Comentários

Segundo o CPC 01,

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

[...]

Testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em combinação de negócios.

Gabarito: Certo

---

16. (CESPE/Contador/CADE/2014) De acordo com o posicionamento técnico do CPC, julgue o item subsequente, relativo ao *impairment test*.

A entidade deve realizar o teste de recuperabilidade de um ativo intangível com vida útil indefinida, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, ainda que não haja indícios de desvalorização do referido ativo.

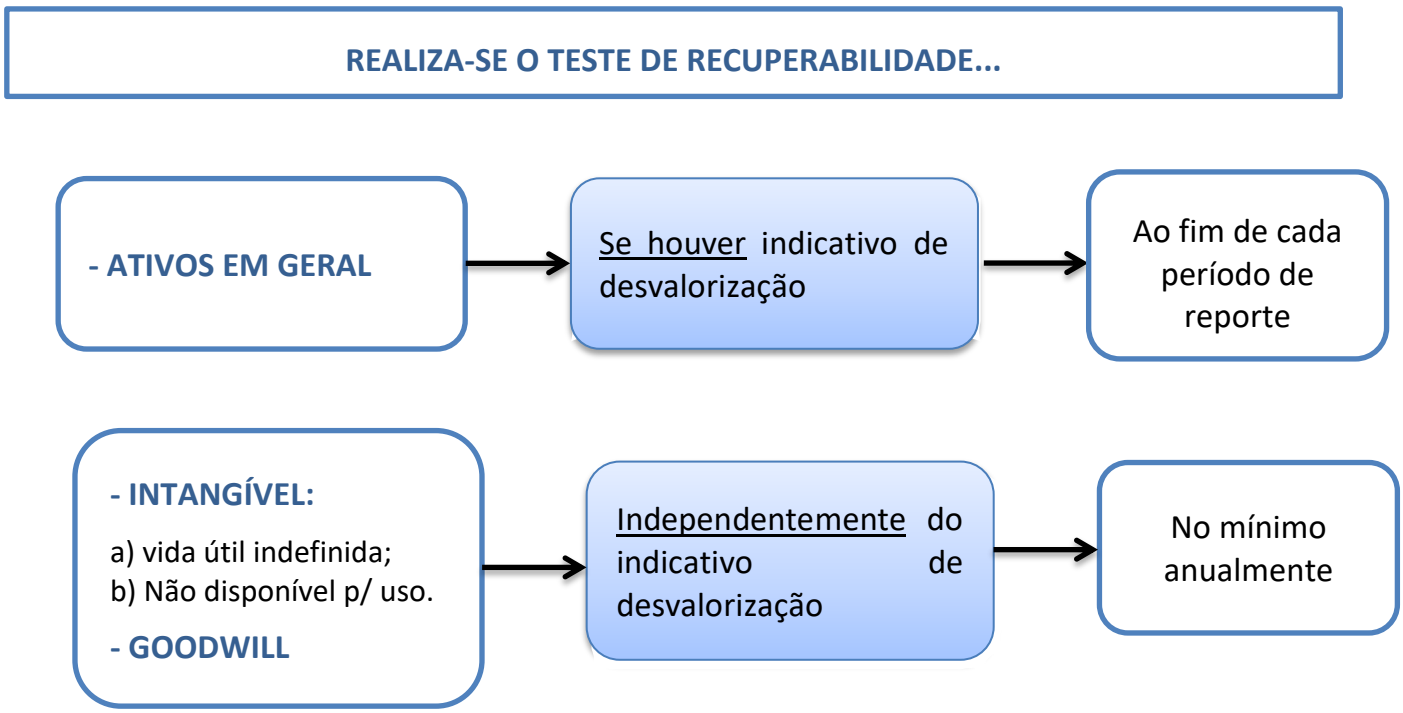
Comentários

Conforme estudamos,

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a entidade deve:

(a) testar, **no mínimo anualmente**, a redução ao valor recuperável de um **ativo intangível com vida útil indefinida** ou de um **ativo intangível ainda não disponível para uso**, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.

Lembra-se do nosso esquema? Vamos inserir novamente aqui para fixação...



Gabarito: Certo

---

17. (CESPE/Contador/MJ/2013) Considerando os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item seguinte.

Para fins de teste do valor recuperável de um ativo, dois valores são considerados para a comparação com o valor contábil: o valor de venda e o valor em uso desse ativo, devendo ser escolhido o maior entre os dois.

Comentários

Para fixar! Segundo o CPC 01 (R1),

"74. O valor recuperável de uma unidade geradora de caixa é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso. Para o propósito de determinar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa, qualquer referência a “um ativo”, constante dos itens 19 a 57 deve ser lida como referência a “uma unidade geradora de caixa”.

Assim, o valor recuperável será o **maior** entre o valor em uso e o valor justo líquido da venda.

Gabarito: Certo

---

18. (CESPE/Telebras/Contador/2013) O valor contábil corresponde ao valor histórico pelo qual um ativo é reconhecido no balanço, antes da dedução de toda depreciação, amortização, exaustão acumulada, provisão para perdas ou teste de *impairment*.

Comentários

Fique ligado! O valor contábil corresponde ao valor histórico pelo qual um ativo é reconhecido no balanço, **após** a dedução de toda depreciação, amortização, exaustão acumulada, provisão para perdas ou teste de *impairment*.

Gabarito: Errado

---

19. (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE- MS/2013/Adaptada) A perda em um imobilizado decorrente do teste de recuperabilidade significa que o valor contábil excedia o valor recuperável.

Comentários

Segundo o CPC 01 (R1),

Perda por desvalorização é o montante pelo qual **o valor contábil** de um ativo ou de unidade geradora de caixa **excede seu valor recuperável**.

Observe que a questão utiliza-se do conceito acima e em outras palavras nos informa que "A perda em um imobilizado decorrente do teste de recuperabilidade significa que o valor contábil excedia o valor recuperável".

Gabarito: Certo

---

20. (CESPE/Analista/Contabilidade e Finanças/BACEN/2013) Acerca do processo contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação, julgue o item a seguir.

Na contabilização de ativos, os ativos intangíveis serão amortizados e dispensados do *impairment test*, caso sua vida útil seja definida.

Comentários

O *impairment test* (teste de recuperabilidade) é aplicável a todos os ativos intangíveis (com vida útil definida ou indefinida).

Gabarito: Errado

---

21. (CESPE/Analista/Ciências Contábeis/SEGER-ES/2013) Considere que 15 dias antes do encerramento do exercício social, uma máquina industrial tenha apresentado valor contábil de R$ 100.000,00. Considere, ainda que, na data do encerramento do exercício social, o contador tenha constatado que essa máquina poderia estar com problemas de recuperabilidade do seu valor.

A estimativa era que a máquina apresentasse um valor em uso de R$ 95.000,00, um valor justo de R$ 102.000,00 e custos de venda no valor de R$ 3.000,00. Nessa situação hipotética, em relação à avaliação desse ativo imobilizado, o contador deverá

a) reconhecer uma perda por valor recuperável no valor de R$ 1.000,00.

b) reconhecer uma perda por valor recuperável no valor de R$ 5.000,00.

c) aumentar o valor do ativo para R$ 102.000,00, que representa o seu valor justo.

d) reconhecer imediatamente os custos de venda como despesas.

e) desconsiderar reconhecer qualquer perda por valor recuperável para o referido ativo.

Comentários

Efetuando o teste de recuperabilidade, temos:

Valor Contábil = 100.000,00

Valor Recuperável = 99.000,00

Valor em uso = 95.000,00

Valor líquido de venda = 102.000,00 – 3.000,00 = 99.000,00

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, devemos reconhecer uma perda no valor de R$ 1.000,00 (100 mil – 99 mil).

Gabarito: A

---

22. (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE-MS/2013) A perda em um imobilizado decorrente do teste de recuperabilidade significa que

a) o valor de aquisição excedia o valor da depreciação.

b) o valor contábil excedia o valor recuperável.

c) o valor recuperável excedia o valor contábil líquido.

d) o valor em uso excedia o valor contábil.

e) o valor de venda líquido excedia o valor contábil.

Comentários

Segundo o CPC 01 (R1), perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Observe que a questão se utiliza do conceito acima e em outras palavras nos informa que "A perda em um imobilizado decorrente do teste de recuperabilidade significa que **o valor contábil excedia o valor recuperável"**. Portanto, o gabarito está na opção "B". As demais opções servem apenas para confundir o candidato, sendo que a opção "C" era a mais "perigosa", pois inverte a lógica e poderia "pegar" os mais desatentos! As opções "A", "D" e "E" expõem situações que relacionam conceitos que não se aplicam na identificação da perda por desvalorização.

Gabarito: B

---

23. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-RJ/2012) O valor recuperável é definido como o maior número absoluto entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor de uso.

Comentários

Segundo o CPC 01, o valor recuperável de um ativo imobilizado é definido como o maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo.

O valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em condições normais envolvendo partes conhecedoras e independentes, deduzido das despesas necessárias para que essa venda ocorra.

O valor em uso de um ativo imobilizado é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (benefícios econômicos futuros esperados do ativo) decorrentes do seu emprego ou uso nas operações da entidade.

Gabarito: Certo

---

24. (CESPE/Analista/Controle Interno/MPU/2010) Determinado ativo imobilizado apresentou resultado econômico pior que o esperado. A empresa estimou, com base em estudo técnico, que o valor contábil líquido era maior que o valor recuperável. Nessa situação, no balanço patrimonial, o valor do imobilizado deve ser reduzido pelas perdas estimadas por valor não recuperável.

Comentários

A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo imobilizado no resultado do período apenas se o valor contábil desse imobilizado for superior ao seu valor recuperável.

Se Valor Contábil > Valor Recuperável = Perda por Desvalorização

Nessa situação, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo imobilizado ao seu valor recuperável. A perda por desvalorização a ser reconhecida no resultado do período é mensurada com base no montante em que o valor contábil do imobilizado supera seu valor recuperável.

A contabilização da perda é a seguinte:

D – Perda por desvalorização (despesa → resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável (retificadora do Ativo).

Se, por outro lado, o ativo estiver registrado por valor inferior ao valor recuperável, nenhuma providência deverá ser tomada pela entidade.

Gabarito: Certo

---

25. (CESPE/Técnico/Controle Interno/MPU/2010) Com base na Lei n. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, julgue o próximo item acerca da contabilização de componentes patrimoniais e de resultado.

A entidade deve avaliar a recuperabilidade de seus ativos financeiros ao final do exercício; assim, a entidade deve avaliar, na data de cada balanço geral, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, esteja sujeito a perda recuperável.

Comentários

A resposta dessa questão está no CPC 38:

A entidade deve avaliar, **na data de cada balanço patrimonial**, se existe ou não qualquer evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros esteja sujeito a perda no valor recuperável.

Gabarito: Certo

---

26. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/Ciências Contábeis/ABIN/2010) No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética que não está relacionada com combinações de negócios, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Determinada entidade, ao realizar os testes para a recuperabilidade de seus ativos, não encontrou mercado ativo para sua unidade geradora de caixa, estimando, porém, que o correspondente valor em uso era de R$ 10 milhões. O valor contábil líquido da unidade geradora de caixa registrava R$ 12 milhões. Nessa situação, a entidade deveria reconhecer o fato com reduções no ativo e no resultado do período pelo valor da diferença de R$ 2 milhões.

Comentários

Observe que o valor contábil (12 milhões) é maior que o valor recuperável (10 milhões). Logo, a entidade deve reconhecer o fato como perda (despesa reconhecida no resultado) pela diferença de 2 milhões.

Gabarito: Certo

---

27. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/Ciências Contábeis/ABIN/2010) No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética que não está relacionada com combinações de negócios, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Ao realizar os testes para a recuperabilidade de seus ativos, determinada entidade realizou as estimativas para o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, encontrando um valor realizável líquido de R$ 3,5 milhões e um valor de uso de R$ 3 milhões. O valor contábil líquido da unidade geradora de caixa está registrado como R$ 4 milhões. Nessa situação, a entidade deverá reconhecer uma perda ao valor recuperável de R$ 1 milhão.

Comentários

Efetuando o teste de recuperabilidade, temos:

Valor Contábil = 4 milhões

Valor Recuperável = 3,5 milhões (maior valor entre o valor em uso e o valor líquido de venda)

Assim, como o valor contábil é maior que o valor recuperável, a entidade deve reconhecer uma perda ao valor recuperável pela diferença de 500 mil.

Gabarito: Errado

---

28. (FGV/Agente de Fiscalização/Ciências Contábeis/TCM-SP/2015) No exercício de 20x4, a Cia. Norte apurou perdas de R$12.000,00 por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, cujo custo de aquisição foi de R$80.000,00 e estava 40% depreciado.

Os lançamentos contábeis da Cia. Norte ao final do exercício de 20x4 relativos à redução do imobilizado ao seu valor recuperável são os seguintes:

a) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$12.000,00

C – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$12.000,00;

b) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$12.000,00

C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$12.000,00;

c) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$36.000,00

C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$36.000,00;

d) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$20.000,00

C – Depreciação acumulada – R$8.000,00

C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$12.000,00;

e) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$ 44.000,00

C – Depreciação acumulada – R$32.000,00

C – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$12.000,00.

Comentários

Conforme estudamos, no registro da perda debitamos uma despesa e creditamos uma conta redutora do ativo. A questão nos informa que a perda apurada foi de R$ 12.000,00. Sendo assim, temos:

D – Perda por desvalorização

C – Perdas estimadas por valor não recuperável ... R$12.000,00

Gabarito: A

---

29. (FGV/Agente de Fiscalização/Ciências Contábeis/TCM-SP/2015) A Armazéns Gerais Épsilon S.A. é proprietária de diversas instalações ao redor do Brasil. Uma dessas instalações está localizada próximo a uma rodovia que dá acesso a um porto, e foi inaugurada em 1º de março de 2008, quando se estimava que essa instalação teria uma vida útil de 30 anos e nenhum valor residual. Desde então essas estimativas não se modificaram, nem tampouco houve o reconhecimento de quaisquer ajustes para perdas, e a Armazéns Gerais Épsilon S.A. vem depreciando o custo de R$60.000.000 da instalação pelo método da linha reta.

Porém, em fevereiro de 2015, foi anunciado que o porto ao qual a rodovia próxima a essa instalação da companhia dá acesso deverá passar por uma longa reforma. Considerando desde a licitação do projeto até a conclusão das obras, o processo de reforma do porto poderá se estender por mais de 5 anos. Em virtude disso, a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. acredita que o volume de negócios dessa instalação será comprometido, e decidiu aplicar um teste de redução ao valor recuperável desse ativo. O teste foi concluído em 1º de março de 2015, data em que o valor justo da instalação foi avaliado em R$47.000.000, e o valor em uso foi avaliado em R$40.000.000.

Como a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. estima que a venda dessa instalação acarretaria despesas de R$3.000.000, o valor líquido pelo qual esse ativo deve ser apresentado em 1º de março de 2015 é de:

a) R$40.000.000;

b) R$43.000.000;

c) R$44.000.000;

d) R$46.000.000;

e) R$47.000.000.

Comentários

Quando nos deparamos como uma questão dessas, ficamos um pouco espantados, pois toda a pressão da hora da prova, a ansiedade, nervosismo, enfim... toda a carga emocional envolvida acaba deixando o que é simples em algo complexo. Nesse caso, temos que manter a calma e estruturar o raciocínio, conforme nos preparamos.

A primeira coisa que devemos identificar é o que a banca está exigindo... nesse caso ela quer o valor líquido do ativo a ser apresentado em 1º de março de 2015. Para tanto, devemos identificar o valor contábil e o valor recuperável e realizar o teste de recuperabilidade para identificar qual será o valor a ser evidenciado nessa data. Vamos então resolver a questão passo a passo, conforme estudamos.

1º Passo: Calcular o valor contábil.

Aqui necessitávamos do conhecimento sobre depreciação, mas é bem simples...

A depreciação da instalação será efetivada em 30 anos. Essa é a vida útil. Como não há valor residual, para encontrarmos a depreciação anual, basta dividirmos o valor pelo qual a empresa adquiriu (60.000.000,00) pelos 30 anos. Assim, temos:

Depreciação Anual = 60.000.000,00/30 anos → 2.000.000,00

A instalação foi adquirida em 01/03/2008 e queremos saber o valor contábil em 01/03/2015. Logo, temos 7 anos de depreciação. Assim, chegamos a uma depreciação acumulada de 14.000.000,00 (7 anos x 2.000.000,00).

Logo, o valor contábil será de **46.000.000,00** (60.000.000,00 – 14.000.000,00).

2º Passo: Verificar qual o valor recuperável.

A questão nos informa que o valor justo é de 47.000.000,00 e que a venda dessa instalação acarretaria despesas de 3.000.000,00. Logo, o valor líquido de venda é de 44.000.000,00.

Já o valor de uso informado é de 40.000.000,00.

Portanto, o valor recuperável será **44.000.000,00** (maior entre os dois).

3º Passo: Comparar o valor contábil com o valor recuperável.

Assim, como o valor contábil (46 milhões) é maior que o valor recuperável (44 milhões), devemos contabilizar uma perda por redução ao valor recuperável, conforme o seguinte lançamento:

D – Perda por desvalorização

C – Perdas estimadas por valor não recuperável ... 2.000.000,00;

Logo, o valor contábil líquido a ser evidenciado no balanço patrimonial será de:

Instalações

60.000.000,00

(-) Depreciação Acumulada (14.000.000,00)

(-) Perdas Estimadas (2.000.000,00)

Total 44.000.000,00

Vejam, senhores, que não há grandes dificuldades em resolver uma questão mais elaborada sobre o assunto. Basta resolvermos de forma sistemática, por etapas, conforme demonstrado acima.

Gabarito: C

---

30. (FGV/Analista Contábil/DPE-RO/2015) Em 01/01/x1, a empresa de navegação Senrota conquistou o direito de concessão para explorar economicamente o transporte de balsa do rio Tuiuiu, em consonância com seu objetivo social. O contrato previa também a prestação de serviços de transporte de balsa para os rios Obaba e Sotutu, todos no estado do Alagados.

O contrato de concessão irá vigorar por 10 anos, renováveis por igual período, caso a Senrota atenda todos os requisitos do contrato, entre eles, disponibilizar nove balsas distribuídas pelos três rios (vide tabela abaixo).

Os investimentos necessários para prestar o serviço e atender o contrato são os seguintes:

Rio	Investimento $	Nº mínimo de balsas exigidas no contrato
Tuiuiu	100.000.000,00	3
Obaba	85.000.000,00	4
Sotutu	25.000.000,00	2
TOTAL	210.000.000,00	9

Em 01/01/x2, a Senrota fez um teste de recuperabilidade dos seus ativos e chegou aos seguintes números:

Considerando essas informações, a Senrota deve reconhecer uma perda de valor recuperável de ativos no valor de:

Rio	Balsa	Valor de Mercado $	Valor de Uso $
Tuiuiu	Balsa 1	20.000.000	25.000.000
	Balsa 2	20.000.000	35.000.000
	Balsa 3	20.000.000	40.000.000
Obaba	Balsa 1	20.000.000	8.000.000
	Balsa 2	20.000.000	20.000.000
	Balsa 3	20.000.000	20.000.000
	Balsa 4	20.000.000	25.000.000
Sotutu	Balsa 1	20.000.000	20.000.000
	Balsa 2	20.000.000	15.000.000
	TOTAL	180.000.000	208.000.000

a) Zero;

b) $ 2.000.000 – para todo o contrato de concessão;

c) $ 7.000.000 – todas as balsas Obaba;

d) $ 12.000.000 – Balsa 1 – Obaba; e $ 5.000.000 – Balsa 2 – Sotutu;

e) $ 30.000.000 – para todo o contrato de concessão.

Comentários

Nessa questão temos a aplicação do conceito de Unidade Geradora de Caixa, pois não há como avaliarmos individualmente cada uma das balsas, pois não temos o valor contábil individual, apenas o valor contábil do conjunto de balsas utilizadas em cada um dos rios.

Observe que o investimento foi realizado em 01/01/X1 e a empresa realizou um teste de recuperabilidade em 01/01/X2. Sendo assim, o teste deve confrontar o valor contábil e o valor recuperável em 01/01/X2.

O valor contábil será o valor do investimento inicial menos a amortização anual. Já o valor recuperável será o maior valor entre o valor de mercado e o valor de uso. Para facilitar nossa visualização, elaboramos o quadro a seguir (valores em milhões):

Rio	Valor Contábil	Valor Recuperável	Resultado do teste
Tuiuiu	90	100	VC < VR → perda zero
Obaba	76,5	80	VC < VR → perda zero
Sotutu	22,5	40	VC < VR → perda zero

Valor Contábil = investimento inicial – amortização

Valor Contábil Tuiuiu= 100 – 10 (100/10 anos) = 90

Valor Contábil Obaba = 85 – 8,5 (85/10 anos) = 76,5

Valor Contábil Sotutu = 25 – 2,5 (85/10 anos) = 22,5

Dica: quando a banca fornece valores em milhões, trabalhe sem os zeros.

Observe que a empresa não deve reconhecer nenhuma perda (perda zero), pois todas as unidades geradoras de caixa apresentam valor contábil menor que o seu valor recuperável.

Gabarito: A

---

31. (FGV/Analista/Contador/DPE-MT/2015) Para mensurar o valor em uso no teste de *impairment*, uma entidade deve fazer estimativas de fluxos de caixa futuros.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir

a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento

c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.

d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.

e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

Comentários

Trata-se de exigência do disposto no item 39 do CPC 01, senão vejamos:

39. As estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir:

(a) projeções de entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo;

(b) projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo (incluindo as saídas de caixa para preparar o ativo para uso) e que podem ser diretamente atribuídas ou alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo; e

(c) se houver, fluxos de caixa líquidos a serem recebidos (ou pagos) quando da baixa do ativo ao término de sua vida útil.

Observe que a opção "B" é transcrição do disposto no CPC 01.

Vamos identificar os erros das demais opções?

As opções "A" e "B" estão baseadas no item 50 do CPC 01:

50. Estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:

(a) entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento; ou

(b) recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

As opções "C" e "D" estão baseadas no item 43 do CPC 01:

43. Para evitar dupla contagem, as estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir:

(a) entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão (por exemplo, ativos financeiros como contas a receber); e

(b) saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos (por exemplo, contas a pagar, passivos de planos de pensão e provisões).

Observe que as 4 situações apresentadas na questão não devem ser incluídas nas estimativas de fluxos de caixa futuros.

Gabarito: E

---

32. (FGV/Técnico Judiciário/TJ-GO/2014) O procedimento que uma empresa deve adotar quando identifica que uma unidade geradora de caixa (conjunto de ativos) possui um valor acima do valor de mercado é:

a) nenhum, pois as depreciações futuras irão ajustar qualquer diferença existente;

b) acelerar sua depreciação, de modo que os valores dos ativos correspondam ao valor de mercado;

c) verificar o valor de uso dos ativos, ou seja, verificar o quanto gera de benefícios para a empresa;

d) reconhecer uma perda do valor recuperável dos ativos pela diferença do valor líquido contábil com o valor de mercado;

e) reconhecer uma perda do valor recuperável dos ativos pela diferença do valor residual com o valor de mercado.

Comentários

Segundo o Pronunciamento CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as entidades devem adotar procedimentos para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Para tanto, referido Pronunciamento estabelece que a entidade deve comparar o valor contábil com seu valor recuperável. Nos termos do CPC 01, o valor recuperável é o **maior** montante entre o seu **valor justo** líquido de despesa de venda e o seu **valor em uso**.

Logo, para que a entidade consiga mensurar o valor recuperável da unidade geradora de caixa deverá verificar o valor em uso desse conjunto de ativos.

Gabarito: C

---

33. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-SP/2017) A Cia. Verdão possuía, em 31/12/2016, no ativo imobilizado, um maquinário para a produção de camisetas. Os saldos das contas referentes a esse maquinário, no final de 2016, são:

	(em R$)
Imobilizado (custo de aquisição):	500.000,00
(−) Depreciação acumulada:	120.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	380.000,00

A pedido da controladoria, em 31/12/2016, foi realizado um teste de recuperabilidade do ativo (impairment), obtendo os seguintes valores:

	(em R$)
Valor em uso do maquinário:	350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	220.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a Cia. Verdão

a) não reconheceu perda por impairment.

b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 130.000,00.

c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 30.000,00.

d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 160.000,00.

e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 150.000,00.

Comentários

Questão bem simples... basta confrontar o valor contábil fornecido pela questão pelo valor recuperável (maior valor entre o valor em uso e o valor justo líquido de venda). Assim, temos:

Valor contábil = 380.000,00

Valor recuperável = 350.000,00

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, devemos reconhecer uma perda de R$ 30.000,00 referente à diferença entre o valor contábil (380.000,00) e o valor recuperável (350.000,00).

Gabarito: C

---

34. (FCC/Agente de Fiscalização/ARTESP/2017) A empresa Ferro e Fogo S.A. possuía, em 31/12/2016, em seu ativo imobilizado, uma Máquina Xtreme especializada em derretimento de níquel utilizada na produção de ligas de aço, com os seguintes saldos:

Custo de aquisição: R$ 2.000.000,00

(−) Depreciação acumulada: R$ 100.000,00

(=) Valor contábil do ativo: R$ 1.900.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperação do Ativo (teste de impairment), a empresa obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Máquina: R$ 1.800.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 1.600.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa Ferro e Fogo S. A.

a) não fez nenhum ajuste (não reconheceu perda por impairment).

b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 100.000,00.

c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 200.000,00.

d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 300.000,00.

e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 400.000,00.

Comentários

Mesmo raciocínio da questão anterior...

Valor contábil = 1.900.000,00

Valor recuperável = 1.800.000,00

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, devemos reconhecer uma perda de R$ 100.000,00 referente à diferença entre o valor contábil (1.900.000,00) e o valor recuperável (1.800.000,00).

Gabarito: B

---

35. (FCC/Analista de Gestão/Contabilidade/SABESP/2014) A empresa Boas Ideias adquiriu, em 02/01/2013, uma Marca por R$ 300.000 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos de R$ 50.000 para registro dessa Marca. Na data da aquisição, a empresa Boas Ideias estimou que a vida útil da Marca era indefinida.

Em 31/12/2013, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo (*impairment*), a empresa Boas Ideias obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Marca: R$ 320.000.

Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 290.000.

Pela análise do teste de *impairment*, a empresa Boas Ideias

a) não fez nenhum ajuste.

b) reconheceu uma perda de R$ 10.000.

c) reconheceu um ganho de R$ 20.000.

d) reconheceu uma perda de R$ 60.000.

e) reconheceu uma perda de R$ 30.000.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor contábil = 350.000,00 (300.000 + 50.000)

Valor recuperável = 320.000 (maior valor entre o valor justo e o valor em uso)

Como o valor recuperável é menor que o valor contábil, devemos reconhecer uma perda de R$ 30.000,00 referente à diferença entre o valor contábil (350.000,00) e o valor recuperável (320.000,00).

Gabarito: E

---

36. (FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP/2013) O Balanço Patrimonial da Cia. Conservadora, apurado em 31/12/2012, após o reconhecimento da depreciação do exercício social de 2012 e antes de proceder aos testes de recuperabilidade de seus ativos, apresentou:

Ativo Imobilizado	R$
Máquina	45.000,00
Depreciação Acumulada	(25.000,00)
Valor Contábil	20.000,00

Para realizar o teste de recuperabilidade da máquina, foram identificados:

- Valor justo da máquina em 31/12/2012: R$ 19.000,00

- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda em 31/12/2012: R$ 2.000,00

- Tempo de vida útil remanescente estimado para a máquina em 31/12/2012: 3 anos

- Valor em uso em 31/12/2012: R$ 18.000,00

- Valor de venda estimado da máquina, no final de sua vida útil: R$ 1.500,00

- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda), no final de sua vida útil: R$ 500,00. - Taxa de desconto: 10% a.a.

Nessas condições, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável foi, em 31/12/2012, em R$,

a) 0,00

b) 1000,00

c) 1.248,69

d) 2.000,00

e) 3.000,00

Comentários

Pessoal, apesar de a questão nos fornecer uma "montanha" de valores, ela não apresenta maiores dificuldades. Basta seguir o nosso fluxo de resolução.

Observe que o valor contábil já foi fornecido pela questão: R$ 20.000,00. Assim, devemos nos concentrar em encontrar o valor recuperável e efetuar o confronto para chegarmos ao valor da perda por redução ao valor recuperável.

O valor em uso já foi fornecido pela questão (R$ 18.000,00). Já o valor líquido de venda será a diferença entre o valor justo (R$ 19.000,00) e os gastos estimados para a retirada e venda da máquina (R$ 2.000,00). Assim, o valor líquido de venda é de R$ 17.000,00.

Valor em uso: 18.000,00

Valor Líquido de Venda: 17.000,00

Logo, o valor recuperável será de R$ 18.000,00 (maior valor).

Confrontando o valor contábil (20 mil) com o valor recuperável (18 mil) chegamos a uma perda de R$ 2.000,00.

Observação: As demais informações apresentadas pela questão (taxa de desconto, tempo de vida útil, entre outras) são utilizadas para chegar ao valor em uso. No entanto, não precisamos utilizá-las, pois a questão já nos forneceu esse valor.

Gabarito: D

---

37. (FCC/Auditor/Contabilidade/TCE-RS/2014) A Cia. Marcas Famosas S.A. possuía, em 31/12/2013, um ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R$ 200.000,00, o qual era composto por:

– Custo de aquisição: R$ 280.000,00.

– Perda por desvalorização (reconhecida em 2013): R$ 80.000,00.

Em junho de 2014, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo Intangível e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso do ativo: R$ 290.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R$ 240.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida. Nesse caso, a Cia. Marcas Famosas S.A., em junho de 2014,

a) reconheceu um ganho no valor de R$ 40.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

b) reconheceu um ganho no valor de R$ 80.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

c) não fez nenhum registro.

d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 40.000,00.

e) reconheceu um ganho no valor de R$ 90.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 200.000,00 (280 mil – 80 mil)

Valor Recuperável = R$ 290.000.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está menor que o valor recuperável, não há necessidade de efetuar a contabilização de perda por desvalorização.

No entanto, cabe observar que existe uma perda contabilizada em período passado. Conforme estudamos, nesse caso, o valor contábil do ativo deve ser aumentado para seu valor recuperável. Esse aumento ocorre pela **reversão da perda por desvalorização**. O Limite da reversão da perda é igual ao valor do custo contábil do ativo, caso não houvesse nenhuma perda por desvalorização.

A contabilização fica:

D – Perda estimada por valor não recuperável

C – Reversão de Perda por desvalorização ... 80.000,00

Observação: A banca utilizou outra nomenclatura para a conta “perda estimada por valor não recuperável” → Perda por desvalorização. No entanto, essa não é a melhor nomenclatura, pois confunde com o nome da conta de resultado.

Do exposto, percebe-se que a empresa reconheceu, em junho de 2014, um ganho (receita) no valor de R$ 80.000,00 decorrente da reversão de parte da perda por desvalorização.

Gabarito: B

---

38. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) A empresa Marcas Diversas S.A. apresentava em 31/12/2014 o saldo de R$ 3.500.000,00 na conta Intangíveis, correspondente a uma patente adquirida no passado. A composição deste saldo era a seguinte:

− Custo de aquisição: R$ 5.000.000,00.

− Amortização acumulada até 31/12/2014: R$ 1.500.000,00.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou o teste de recuperabilidade ("impairment") para esta patente e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso da patente: R$ 3.600.000,00.

− Valor justo líquido de despesas de venda: R$ 3.000.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado para este ativo (patente) no Balanço Patrimonial da empresa Marcas Diversas S.A. em 31/12/2014 foi, em reais,

a) 3.500.000,00.

b) 3.600.000,00.

c) 3.000.000,00.

d) 5.000.000,00.

e) 0,00 (a patente não deve ser registrada por ser intangível).

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 3.500.000,00

Valor Recuperável = R$ 3.600.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está menor que o valor recuperável, não há necessidade de efetuar a contabilização de perda por desvalorização.

Assim, o valor contábil do ativo, em 31/12/2014, será:

Custo de aquisição	5.000.000,00
(-) Amortização Acumulada	(1.500.000,00)
(=) Valor Contábil (31/12/2014)	**3.500.000,00**

Gabarito: A

---

39. (FCC/Analista/Contabilidade/CNMP/2015) O saldo da conta Intangíveis da empresa Explora Marcas S.A., em 31/12/2013, correspondia a um ativo intangível com vida útil indefinida. O valor contábil deste ativo era R$ 840.000,00 e sua composição era:

− Custo de aquisição: R$ 960.000,00.

− Perda por desvalorização reconhecida em 2012: R$ 120.000,00.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2013, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do Ativo ("impairment") com as seguintes informações disponíveis:

− Valor em uso: R$ 740.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 800.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Explora Marcas S.A., em 31/12/2013, foi, em reais,

a) 960.000,00.

b) 680.000,00.

c) 840.000,00.

d) 740.000,00.

e) 800.000,00.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 840.000,00

Valor Recuperável = R$ 800.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está maior que o valor recuperável, devemos reconhecer uma perda no valor de R$ 40.000,00 (840.000,00 – 800.000,00)

D – Perda por desvalorização (resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável ... 40.000,00

Assim, o valor contábil do ativo, em 31/12/2013, será:

Custo de aquisição	960.000,00
(-) Perda por desvalorização reconhecida em 2012	(120.000,00)
(-) Perda por desvalorização reconhecida em 2013	(40.000,00)
(=) Valor Contábil (31/12/2013)	**800.000,00**

Gabarito: E

40. (FCC/Auditor/TCM-RJ/2015) Uma empresa apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2012 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R$ 20.000.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

− Custo de aquisição: R$ 24.000.000,00.

− Perda por desvalorização ("impairment"): R$ 4.000.000,00.

Em 31/12/2013 a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso do intangível: R$ 21.000.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda do intangível: R$ 19.000.000,00.

Nas demonstrações contábeis do ano de 2013, a empresa

a) manteve o valor contábil de R$ 20.000.000,00 no Balanço Patrimonial de 31/12/2013.

b) reconheceu, no resultado do ano de 2013, um ganho no valor de R$ 1.000.000,00 decorrente da reversão de parte da perda por desvalorização.

c) reconheceu uma perda por desvalorização, no resultado do ano de 2013, no valor de R$ 1.000.000,00.

d) reconheceu, no resultado do ano de 2013, um ganho no valor de R$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização anterior.

e) reconheceu, no resultado do ano de 2013, uma perda por desvalorização no valor de R$ 3.000.000,00.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 20.000.000,00 (24 – 4)

Valor Recuperável = R$ 21.000.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está menor que o valor recuperável, não há necessidade de efetuar a contabilização de perda por desvalorização.

No entanto, cabe observar que existe uma perda contabilizada em período passado. Conforme estudamos, nesse caso, o valor contábil do ativo deve ser aumentado para seu valor recuperável. Esse aumento ocorre pela **reversão da perda por desvalorização**. O Limite da reversão da perda é igual ao valor do custo contábil do ativo, caso não houvesse nenhuma perda por desvalorização.

A contabilização fica:

D – Perda estimada por valor não recuperável

C – Reversão de Perda por desvalorização ... 1.000.000,00

Observação: A banca utilizou outra nomenclatura para a conta "perda estimada por valor não recuperável" → Perda por desvalorização ("impairment"). No entanto, essa não é a melhor nomenclatura, pois confunde com o nome da conta de resultado.

Do exposto, percebe-se que a empresa reconheceu, no resultado do ano de 2013, um ganho (receita) no valor de R$ 1.000.000,00 decorrente da reversão de parte da perda por desvalorização.

Cabe destacar que o valor contábil do ativo, em 31/12/2013, será:

Custo de aquisição	24.000.000,00
(-) Perda por desvalorização	(3.000.000,00)
(=) Valor Contábil (31/12/2013)	**21.000.000,00**

Gabarito: B

---

41. (FCC/Auditor de Controle Interno/CGM São Luís/2015) A Cia. Industrial S.A. apresentava, em 31/12/2014, o saldo de R$ 830.000,00 no Imobilizado, correspondente a uma máquina. A composição do saldo era a seguinte:

Custo de aquisição: R$ 1.500.000,00

Depreciação Acumulada (até 31/12/2014): R$ 400.000,00

Perda por Impairment Acumulada (reconhecida em 2013): R$ 270.000,00

Antes de elaborar as suas demonstrações contábeis de 2014, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2014 e obteve as seguintes informações para esta máquina:

Valor em uso: R$ 800.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 750.000,00

Com base nestas informações, o valor contábil deste ativo que a Cia. Industrial S.A. deveria ter apresentado, em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2014, era, em reais,

a) 830.000,00.

b) 780.000,00.

c) 750.000,00.

d) 1.100.000,00.

e) 800.000,00.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 830.000,00

Valor Recuperável = R$ 800.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está maior que o valor recuperável, devemos reconhecer uma perda no valor de R$ 30.000,00 (830.000,00 – 800.000,00)

D – Perda por desvalorização (resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável ... 30.000,00

Assim, o valor contábil do ativo, em 31/12/2014, será:

Custo de aquisição	1.500.000,00
(-) Perda por desvalorização reconhecida em 2013	(270.000,00)
(-) Perda por desvalorização reconhecida em 2014	(30.000,00)
(-) Depreciação Acumulada	(400.000,00)
(=) Valor Contábil (31/12/2014)	**800.000,00**

Gabarito: E

---

42. (FCC/Analista Previdenciário/Contabilidade/MANAUSPREV/2015) A Cia. Sofitel possuía, em 31/12/2014, em seu ativo intangível, uma patente com vida útil indefinida, com as seguintes informações em reais:

Custo de Aquisição	1.200.000,00
(-) Perda por Impairment	200.000,00
(=) Valor Contábil do Ativo	1.000.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) em 31/12/2014, a Cia. obteve as seguintes informações em reais:

Valor em uso do ativo	1.050.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	900.000,00

Com base nestas informações, em 31/12/2014, a Cia. Sofitel reconheceu

a) um ganho por reavaliação de R$ 50.000,00.

b) uma perda por impairment de R$ 150.000,00.

c) uma reversão da perda por impairment de R$ 50.000,00.

d) uma perda por impairment de R$ 100.000,00.

e) uma reversão da perda por impairment de R$ 200.000,00.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 1.000.000,00

Valor Recuperável = R$ 1.050.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está menor que o valor recuperável, não há necessidade de efetuar a contabilização de perda por desvalorização.

No entanto, cabe observar que existe uma perda contabilizada em período passado. Conforme estudamos, nesse caso, o valor contábil do ativo deve ser aumentado para seu valor recuperável. Esse aumento ocorre pela **reversão da perda por desvalorização**. O Limite da reversão da perda é igual ao valor do custo contábil do ativo, caso não houvesse nenhuma perda por desvalorização.

A contabilização fica:

D – Perda estimada por valor não recuperável

C – Reversão de Perda por desvalorização ... 50.000,00

Observação: A banca utilizou outra nomenclatura para a conta "perda estimada por valor não recuperável" → Perda por "impairment". No entanto, essa não é a melhor nomenclatura, pois confunde com o nome da conta de resultado.

Do exposto, percebe-se que a empresa reconheceu, em 31/12/2014, um ganho (receita) no valor de R$ 50.000,00 decorrente da reversão de parte da perda por desvalorização.

Gabarito: C

---

43. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ-PE/2015) A empresa Patentes & Cia. possuía, em 31/12/2014, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R$ 420.000,00 apresentava a seguinte composição:

– Custo de aquisição: R$ 480.000,00.

– Perda por desvalorização reconhecida em 2013: R$ 60.000,00

Em 31/12/2014, antes de encerrar o exercício social do ano, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (*impairment*) e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso: R$ 370.000,00.

– Valor justo líquido de despesas de venda: R$ 400.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Patentes & Cia., em 31/12/2014, foi, em reais,

a) 420.000,00.

b) 400.000,00.

c) 370.000,00.

d) 480.000,00.

e) 390.000,00.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 420.000,00 (480 mil – 60 mil)

Valor Recuperável = R$ 400.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está maior que o valor recuperável, devemos reconhecer uma perda no valor de R$ 20.000,00 (420.000,00 – 400.000,00)

D – Perda por desvalorização (resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável ... 20.000,00

Assim, o valor contábil do ativo, em 31/12/2014, será:

Custo de aquisição	480.000,00
(-) Perda por desvalorização reconhecida em 2013	(60.000,00)
(-) Perda por desvalorização reconhecida em 2014	(20.000,00)
(=) Valor Contábil (31/12/2014)	**400.000,00**

Gabarito: B

---

44. (FCC/Auditor de Controle Externo/Contábil/TCM-GO/2015) Uma empresa é proprietária de um ativo intangível de vida útil indefinida que foi apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2013 pelo valor contábil de R$ 1.200.000,00, composto pelos seguintes valores:

− Custo de aquisição: R$ 1.680.000,00.

− Perda por desvalorização (“impairment”): R$ 480.000,00.

Para a apresentação do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (“impairment”) e obteve as seguintes informações para o ativo intangível:

− Valor em uso do ativo: R$ 1.500.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R$ 1.440.000,00.

Sabendo-se que a empresa tem evidências de que a vida útil deste ativo intangível continua indefinida, no resultado de 2014 deve

a) reconhecer um ganho no valor de R$ 300.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

b) não fazer nenhum registro.

c) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R$ 180.000,00.

d) reconhecer um ganho no valor de R$ 480.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

e) reconhecer um ganho no valor de R$ 240.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 1.200.000,00

Valor Recuperável = R$ 1.500.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está menor que o valor recuperável, não há necessidade de efetuar a contabilização de perda por desvalorização.

No entanto, cabe observar que existe uma perda contabilizada em período passado. Conforme estudamos, nesse caso, o valor contábil do ativo deve ser aumentado para seu valor recuperável. Esse aumento ocorre pela **reversão da perda por desvalorização**. O Limite da reversão da perda é igual ao valor do custo contábil do ativo, caso não houvesse nenhuma perda por desvalorização.

A contabilização fica:

D – Perda estimada por valor não recuperável

C – Reversão de Perda por desvalorização ... 300.000,00

Do exposto, percebe-se que a empresa reconheceu, em 31/12/2014, um ganho (receita) no valor de R$ 300.000,00 decorrente da reversão de parte da perda por desvalorização.

Gabarito: A

---

45. (FCC/Conselheiro Substituto/TCM-GO/2015) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição:	R$ 700.000,00
(−) Depreciação acumulada:	R$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	R$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo:	R$ 380.000,00.
Valor justo líquido das despesas de venda:	R$ 350.000,00.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

a) 400.000,00.

b) 380.000,00.

c) 350.000,00.

d) 700.000,00.

e) 370.000,00.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 400.000,00 (700 mil – 300 mil)

Valor Recuperável = R$ 380.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está maior que o valor recuperável, devemos reconhecer uma perda no valor de R$ 20.000,00 (400.000,00 – 380.000,00)

D – Perda por desvalorização (resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável ... 20.000,00

Assim, o valor contábil do ativo, em 31/12/2013, será:

Custo de aquisição	700.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(300.000,00)
(-) Perda por desvalorização reconhecida em 2014	(20.000,00)
(=) Valor Contábil (31/12/2013)	**380.000,00**

Gabarito: B

---

46. (AOCP/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-AC/2015) A norma contábil que trata da redução do valor recuperável de ativos é o CPC 01 (R1) que estabelece os procedimentos que uma entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Referente ao assunto, assinale a alternativa correta.

a) Unidade Geradora de Caixa é o maior grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

b) Valor Recuperável de um ativo ou de Unidade Geradora de Caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

c) Valor contábil é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago peia transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

d) Perda por desvalorização é a alocação sistemática do valor de ativos durante sua vida útil.

e) Despesa de venda ou de baixa é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Comentários

Essa questão foi elaborada com base no item 6 – definições do CPC 01. Vamos analisar cada uma das opções.

a. **Errado**. Nos termos do CPC 01,

Unidade geradora de caixa é o **menor** grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Observe que o examinador apenas alterou a expressão “menor” por “maior”, algo muito comum em questões teóricas que envolvem as definições. Logo, vale ficarmos atentos a essas expressões que são fáceis de serem alteradas.

Na prática, para entendermos melhor essa definição, imagine a seguinte situação hipotética.

Determina empresa da área de Tecnologia da Informação possui dois equipamentos para processamento de dados. Um é bem mais simples, um computador com boa configuração. Já o outro é bem mais complexo e para seu funcionamento necessita de outros equipamentos acessórios (sala com ar condicionado, estante para armazenamento sistemático de suas partes, monitores, equipamentos diversos para manutenção etc...).

Nesse sentido, para que possamos analisar a empresa adequadamente, temos que analisar cada unidade geradora de caixa. No nosso exemplo simplório, cada um dos equipamentos. Se olharmos a empresa de modo global, fica difícil identificar quais ativos estão gerando perdas e quais estão gerando ganhos. Observe que o segundo equipamento citado é na verdade um **grupo** de ativos (sala, ar condicionado etc), mas é apenas uma unidade geradora de caixa, pois é todo esse grupo de ativos que vai gerar benefícios econômicos futuros para a empresa.

b. **Certo**. Trata-se da correta definição estabelecida no CPC 01:

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

c. **Errado**. O examinador trocou as definições. Nessa opção, temos a definição de valor justo e não de valor contábil. Isso também é muito comum nesse tipo de questão envolvendo definições. Nos termos do CPC 01,

Valor contábil é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

d. **Errado**. Essa definição está ligada à depreciação, amortização e exaustão. Segundo o CPC 01,

Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.

e. **Errado**. Essa é a definição de Perda por Desvalorização, senão vejamos:

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Gabarito: B

---

47. (ESAF/AFRFB/2012) A empresa Highlith S.A. implantou nova unidade no norte do país. Os investimentos na unidade foram de R$ 1.000.000,00, registrados no ativo imobilizado. No primeiro ano, a empresa contabilizou um ajuste de perda de valor recuperável de R$ 15.000,00. No segundo ano, o valor da unidade, caso fosse vendida para o concorrente e único interessado na aquisição,

seria de R$ 950.000,00. Ao analisar o valor do fluxo de caixa descontado da unidade, apurou-se um valor de R$ 980.000,00. Dessa forma, deve o contador da empresa

a) manter o valor do investimento, visto não haver perda de valor recuperável.

b) reconhecer um complemento de perda de valor recuperável de R$5.000,00.

c) reverter parte da perda de valor recuperável no valor de R$ 25.000,00.

d) registrar um complemento de perda de valor recuperável de R$ 15.000,00.

e) estornar o total da perda de valor recuperável de R$ 50.000,00.

Comentários

Questão clássica sobre o CPC 01. Para resolvermos, basta aplicarmos os passos que estudamos na parte teórica, senão vejamos:

1º Passo: Calcular o valor contábil.

Assim, temos:

Valor Contábil = Valor de Aquisição – Ajuste para perdas

Valor Contábil = 1.000.000,00 – 15.000,00

Valor Contábil = 985.000,00

2º Passo: Verificar qual o valor recuperável.

Assim, temos:

Valor em uso = 980.000,00

Valor líquido de venda = 950.000,00

Valor Recuperável = 980.000,00 (maior entre os dois)

3º Passo: Comparar o valor contábil com o valor recuperável.

Se valor contábil > valor recuperável = efetuar ajuste

Caso contrário, nenhum ajuste é realizado.

Assim, temos:

Valor contábil (985.000,00) > Valor Recuperável (980.000,00)

Logo, devemos reconhecer uma perda no valor de **5.000,00**. Como já havia 15.000,00 reconhecido como perda, esse valor de 5.000,00 irá complementar a perda anteriormente reconhecida.

Observação: a questão não nos fornece informações sobre a depreciação/amortização. Sendo assim, devemos desconsiderar esse aspecto em nossa resolução.

Gabarito: B

---

48. (CESGRANRIO/Contador Júnior/Petrobras/2014) A companhia TZ possui um equipamento reconhecido no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 pelo valor de R$ 180.000,00 e depreciação acumulada de R$ 60.000,00.

Ao longo de todo o exercício findo em 2012, os administradores da companhia foram informados que o mercado regular desse equipamento mostrou tendência de queda acentuada de preço, o mesmo ocorrendo com o seu desempenho econômico, que foi bem pior que o esperado.

No início de 2013, perante tal quadro, a administração solicitou uma estimativa do valor recuperável do equipamento para avaliar a necessidade de reconhecer alguma perda por sua desvalorização.

Nos levantamentos e estudos realizados, foram apurados:

Valor de venda do equipamento, estimado em bases comutativas R$ 110.000,00

Gastos previstos para colocar o equipamento em condições de venda R$ 5.000,00

Valor em uso do equipamento estimado pelos fluxos de caixa futuros, que o equipamento pode gerar para a empresa na vida útil restante, trazidos a valor presente R$ 98.250,00

Considerando exclusivamente as informações fornecidas e que todas elas estão ao abrigo da legislação societária, das normas e dos pronunciamentos contábeis, inerentes à matéria, a perda decorrente da redução do valor do equipamento a seu valor recuperável, em reais, é

a) 10.000,00

b) 15.000,00

c) 21.750,00

d) 70.000,00

e) 81.750,00

Comentários

Primeiramente devemos encontrar o valor contábil, subtraindo do custo histórico (valor que o equipamento está reconhecido no BP) o valor da depreciação acumulada. Assim, temos:

Valor contábil = 180.000,00 – 60.000,00 = **120.000,00**

O segundo passo é identificarmos o valor recuperável, maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

O valor em uso a questão já nos fornece: 98.250,00

O valor líquido de venda será o valor de venda subtraído dos gastos previstos para colocar o equipamento em condições de venda.

Valor líquido de venda = 110.000,00 – 5.000,00 = 105.000,00

Logo, o **valor recuperável será de 105.000,00**, pois representa o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Agora basta confrontarmos o valor contábil com o valor recuperável.

Valor Contábil = 120.000,00; Valor recuperável = 105.000,00.

Como o valor contábil é maior que o valor recuperável, temos que reconhecer a perda decorrente da redução do valor do equipamento a seu valor recuperável. Assim, temos:

Valor da perda: 120.000,00 – 105.000,00 = **R$ 15.000,00**

Gabarito: B

---

49. (CESGRANRIO/Contador/CEFET-RJ/2014) A companhia, quando elaborou as demonstrações contábeis/2013, comprovou que um Equipamento imobilizado, com valor contábil bruto de R$ 60.000,00 e depreciação acumulada, nos 4 anos de uso e turno único, em R$ 24.000,00, vem apresentando indícios de perda no seu valor recuperável, o que levou a companhia a aplicar o teste de impairment, chegando aos seguintes elementos:

• O valor de venda do equipamento, num mercado ativo e consistente, é estimado em R$ 35.000,00.

• Os custos e despesas para a efetivação dessa venda é de R$ 5.000,00.

• O valor do equipamento em uso, apurado pelas receitas futuras anuais de R$ 10.000,00, para um período de 5 anos à taxa de desconto, livre de risco e incerteza, de 15%, totalizou R$ 33.522,00 (arredondados).

Considerando exclusivamente os valores apresentados e as orientações do CPC 01 (R1), o valor a ser reconhecido pela companhia como perda por impairment, em reais, é de:

a) 1.000,00

b) 1.478,00

c) 2.478,00

d) 3.522,00

e) 6.000,00

Comentários

Pessoal, sempre que estivermos diante de uma questão sobre teste de recuperabilidade, a primeira providência a tomar é descobrir o valor contábil e o valor recuperável. Depois, basta confrontarmos esse valor. Caso o valor contábil seja maior que o valor recuperável, teremos que reconhecer uma perda. Do contrário, não procedemos com nenhum registro. Vejamos:

Passo 1 – Valor Contábil

Valor Contábil Bruto	60.000,00
(-) Depreciação Acumulada	(24.000,00)
(=) Valor Contábil Líquido	36.000,00

Passo 2 – Valor Recuperável

O valor recuperável é o é o **maior** valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Valor Líquido de Venda = 35.000,00 – 5.000,00 = 30.000,00

Valor em uso = 33.522,00

Logo, o valor recuperável será 33.522,00 (maior valor)

Passo 3 – Confronto (Valor Contábil x Valor Recuperável)

36.000,00 **>** 33.522,00 = reconhecimento da perda por impairment

Perda por impairment = 36.000,00 – 33.522,00 = 2.478,00

Observe que não há mistério. É uma questão que não podemos errar!

Gabarito: C

---

50. (CESGRANRIO/Profissional Básico/Contabilidade/BNDES/2013) Na Resolução CFC nº 1.292/2010, que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) trata dos procedimentos que a entidade deve adotar com relação ao registro contábil de ajustes para perdas por desvalorização de Ativos.

Nos termos da aludida NBC TG 01, um Ativo está desvalorizado quando o seu valor

a) residual excede o valor de mercado.

b) recuperável for maior que seu valor original ajustado a valor presente.

c) justo líquido de despesa de venda for maior que o valor contábil.

d) original menos o valor residual for igual à depreciação acumulada.

e) contábil excede o seu valor recuperável.

Comentários

Conforme estudamos na parte teórica, o teste de recuperabilidade (*impairment*) consiste no confronto entre o valor contábil de um ativo com seu valor recuperável.

O **valor contábil** é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

Segundo o CPC 01, o valor recuperável de um ativo imobilizado é definido como o maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo.

O valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em condições normais envolvendo partes conhecedoras e independentes, deduzido das despesas necessárias para que essa venda ocorra.

O valor em uso de um ativo imobilizado é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (benefícios econômicos futuros esperados do ativo) decorrentes do seu emprego ou uso nas operações da entidade.

A entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo imobilizado no resultado do período apenas se o valor contábil desse imobilizado for superior ao seu valor recuperável.

Se Valor Contábil > Valor Recuperável = Perda por Desvalorização

Nessa situação, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. A perda por desvalorização a ser reconhecida no resultado do período é mensurada com base no montante em que o valor contábil do ativo supera seu valor recuperável.

Logo, segundo as Normas, um Ativo está desvalorizado quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável.

Gabarito: E

---

51. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.2) Uma Sociedade Industrial, ao analisar um determinado Ativo Imobilizado, identificou as seguintes evidências, em 31.12.2014:

Informações:	
✓ Valor líquido de venda	R$2.040.000,00
✓ Valor em uso	R$2.000.000,00
Saldos contábeis:	
✓ Valor contábil bruto – custo de aquisição	R$3.200.000,00
✓ Depreciações acumuladas	R$800.000,00
✓ Perda estimada em valor não recuperável	R$240.000,00

De acordo com a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, a perda por redução ao valor recuperável complementar a ser reconhecida no resultado, ao final do período de 2014, é de:

a) R$120.000,00.

b) R$240.000,00.

c) R$1.040.000,00.

d) R$1.200.000,00.

Comentários

Conforme estudamos, para resolvermos questões de teste de recuperabilidade podemos seguir a seguinte lógica:

1º Passo: Calcular o valor contábil.

Assim, temos:

Valor Contábil = Valor de Aquisição – Depreciação – Ajuste para perdas

Valor Contábil = 3.200.000,00 – 800.000,00 – 240.000,00

Valor Contábil = 2.160.000,00

2º Passo: Verificar qual o valor recuperável.

Assim, temos:

Valor em uso = 2.000.000,00

Valor líquido de venda = 2.040.000,00

Valor Recuperável = 2.040.000,00 (maior entre os dois)

3º Passo: Comparar o valor contábil com o valor recuperável.

Se valor contábil > valor recuperável = efetuar ajuste

Caso contrário, nenhum ajuste é realizado.

Assim, temos:

Valor contábil (2.160.000,00) > Valor Recuperável (2.040.000,00)

Logo, devemos reconhecer uma perda no valor de 120.000,00.

Gabarito: A

---

52. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.2) Um item do imobilizado foi registrado, ao custo de aquisição, por R$60.000,00 e tem depreciação acumulada de R$12.000,00. As informações coletadas pela empresa indicam:

Valor em uso R$47.000,00

Valor justo líquido da despesa de venda R$50.000,00

Com base nessas informações, é CORRETO afirmar que o valor recuperável do ativo é de:

a) R$47.000,00, não sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável.

b) R$47.000,00, sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável negativo de R$1.000,00.

c) R$50.000,00, não sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável.

d) R$50.000,00, sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável positivo de R$3.000,00.

Comentários

O valor recuperável será R$ 50.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Além disso, como o valor contábil (48.000,00*) é menor que o valor recuperável (50.000,00) não é necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável.

* 60.000,00 – 12.000,00 (custo de aquisição – depreciação acumulada)

Gabarito: C

---

53. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Uma empresa industrial possui um Ativo Imobilizado cujo custo histórico é igual a R$50.000,00 e cuja depreciação acumulada equivale a R$12.000,00. A empresa apurou, para esse ativo, um valor justo líquido de despesas de venda de R$10.000,00 e um valor em uso de R$20.000,00.

Com base nos dados informados, considerando a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos –, o valor a ser registrado como perda por desvalorização do Ativo Imobilizado será de:

a) R$18.000,00.

b) R$28.000,00.

c) R$30.000,00.

d) R$40.000,00.

Comentários

Efetuando os cálculos, temos:

Valor Contábil = R$ 38.000,00 (50 mil – 12 mil)

Valor Recuperável = R$ 20.000,00 (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo).

Como o valor contábil está maior que o valor recuperável, devemos reconhecer uma perda no valor de R$ 18.000,00 (38.000,00 – 20.000,00)

D – Perda por desvalorização (resultado)

C – Perda estimada por valor não recuperável ... 30.000,00

Gabarito: A

54. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Redução ao Valor Recuperável de Ativos se aplica a todos os ativos a seguir, EXCETO a:

a) Ativo Intangível.

b) Estoque.

c) Imobilizado.

d) Investimento em Controlada.

Comentários

Conforme estudamos, o CPC 01 (NBC TG 01) é aplicado na contabilização de ajuste para perdas por desvalorização de **todos os ativos**, **exceto**:

a) estoques;

b) ativos advindos de contratos de construção;

c) ativos fiscais diferidos;

d) ativos advindos de planos de benefícios a empregados;

e) ativos financeiros que estejam dentro do alcance dos Pronunciamentos Técnicos do CPC que disciplinam instrumentos financeiros*;

f) propriedade para investimento que seja mensurada ao valor justo;

g) ativos biológicos

h) custos de aquisição diferidos e ativos intangíveis advindos de direitos contratuais de companhia de seguros contidos em contrato de seguro; e

i) ativos não circulantes (ou grupos de ativos disponíveis para venda) classificados como mantidos para venda.

* O CPC 01 é aplicado a ativos financeiros classificados como controladas, coligadas e empreendimento controlado em conjunto (item 4, CPC 01).

Gabarito: B

55. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) Uma Sociedade Empresária apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2016, diante da presença de indicativo de perda para um determinado ativo imobilizado – mas antes da realização do Teste de Redução ao Valor Recuperável –, um imobilizado registrado pelo valor contábil de R$20.000.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

Custo de Aquisição: R$24.000.000,00.

Depreciação Acumulada: R$4.000.000,00.

Após realizar o Teste de Redução ao Valor Recuperável para este ativo imobilizado, a Sociedade Empresária obteve as seguintes informações:

Valor em uso do imobilizado: R$21.000.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda do imobilizado: R$19.000.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, para a correta evidenciação dos fatos apresentados nas Demonstrações Contábeis do ano de 2016, a Sociedade Empresária deve:

a) manter o valor contábil de R$20.000.000,00 no Balanço Patrimonial apresentado ao final do ano de 2016.

b) reconhecer uma perda estimada para redução ao valor recuperável, na Demonstração do Resultado do período, no valor de R$1.000.000,00.

c) reconhecer, no resultado do ano de 2016, uma perda estimada para redução ao valor recuperável no valor de R$3.000.000,00.

d) reverter parcialmente a Depreciação Acumulada e reconhecer um ganho, na Demonstração do Resultado do período, de R$1.000.000,00.

Comentários

Basta confrontar o valor contábil (20.000,00) com o valor recuperável (21.000,00) para verificarmos que não há perda a ser reconhecida e, portanto, a Sociedade Empresária deve manter o valor contábil de R$20.000.000,00 no Balanço Patrimonial apresentado ao final do ano de 2016.

Gabarito: A

QUESTÃO DISCURSIVA

56. (CESPE/Perito Criminal Federal/Contabilidade/DPF/2013)

O desempenho econômico de um ativo imobilizado de determinada companhia ficou abaixo da expectativa durante o exercício de 2012. O contador dessa companhia estimou que os possíveis valores recuperáveis seriam R$ 220.000,00, quando estimado o valor de venda, e R$ 210.000,00, quando estimado o valor em uso, de acordo com a vida útil restante e com os fluxos de caixa futuros que ainda poderiam ser gerados por este ativo. Esses valores estimados mostraram-se inferiores ao valor contábil líquido reconhecido atualmente, que é de R$ 250.000,00.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes aspectos:

- Situação em que o teste de recuperabilidade não leva a ajuste do valor do ativo; [valor: 3,10 pontos]

- Situação em que o teste de recuperabilidade leva a ajuste do valor do ativo (redução); [valor: 3,10 pontos]

- Procedimento contábil que deve ser aplicado pela companhia; [valor: 3,10 pontos]
- Determinação do valor da redução a ser contabilizado, se for o caso. [valor: 3,10 pontos]

Extensão Máxima: 30 linhas

Comentários

Trata-se de exigência do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Veja que não é uma questão difícil, pois exige conhecimentos básicos do Pronunciamento. Considerando a complexidade do concurso para perito criminal, pode-se afirmar que a questão estava bem tranquila.

Tendo em vista o espaço disponível, poderíamos estruturar nossa resposta da seguinte forma:

1º Parágrafo – Breve introdução do assunto, oportunidade em que poderíamos conceituar o teste e apresentar seu objetivo, além de fazer um *link* com as duas situações que podem ocorrer. Assim, o texto ganha pontos em termos de coesão.

2º Parágrafo – Abordagem do primeiro ponto solicitado pelo examinador (situação em que o teste de recuperabilidade não leva a ajuste do valor do ativo);

3º Parágrafo – Abordagem do segundo ponto solicitado pelo examinador (situação em que o teste de recuperabilidade leva a ajuste do valor do ativo);

4º Parágrafo – Abordagem do terceiro ponto solicitado pelo examinador (procedimento contábil que deve ser aplicado pela companhia);

5º Parágrafo – Abordagem do último ponto solicitado pelo examinador (determinação do valor da redução a ser contabilizado, se for o caso).

Vamos ver como ficaria nossa resposta!

Proposta de Solução

O teste de recuperabilidade (impairment) consiste no confronto entre o valor contábil de um ativo com seu valor recuperável. O objetivo do teste é assegurar que os ativos da companhia estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse contexto, duas situações podem ocorrer: o teste de recuperabilidade pode levar a ajuste do valor do ativo ou não.

O teste de recuperabilidade não leva a ajuste do valor do ativo quando o valor contábil for inferior ao valor recuperável. Nessa situação, nenhuma providência deverá ser tomada pela entidade, ou seja, o ativo permanecerá registrado pelo seu valor contábil.

Por outro lado, o teste de recuperabilidade leva a ajuste do valor do ativo quando o valor contábil for superior ao valor recuperável. Nesse caso, a entidade deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo no resultado do período, reduzindo o valor contábil ao seu valor recuperável. Logo, o ativo ficará registrado pelo seu valor recuperável.

No caso sob análise, o valor recuperável (maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo) é inferior ao valor contábil. Logo, a companhia deve reconhecer uma perda por desvalorização de um ativo no resultado do período pela diferença entre o valor contábil (R$ 250.000,00) e o valor recuperável (R$ 220.000,00).

Do exposto, percebe-se que o valor da redução a ser contabilizado pela companhia é de R$ 30.000,00.

6. RESUMO

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (CPC 01)

OBJETIVO — Estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

TESTE DE RECUPERABILIDADE

O teste de recuperabilidade (*impairment*) consiste no confronto entre o valor contábil de um ativo com seu valor recuperável.
O **valor contábil** é o montante pelo qual o ativo está reconhecido no balanço depois da dedução de toda respectiva depreciação, amortização ou exaustão acumulada e ajuste para perdas.

O **valor recuperável**, por sua vez, é definido como o **maior valor entre o valor líquido de venda do ativo e o valor em uso desse ativo.**

O valor líquido de venda é o valor a ser obtido pela venda do ativo em uma transação em condições normais envolvendo partes conhecedoras e independentes, deduzido das despesas necessárias para que essa venda ocorra.

O valor em uso de um ativo é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (benefícios econômicos futuros esperados do ativo) decorrentes do seu emprego ou uso nas operações da entidade.

A entidade deve reconhecer uma **perda por desvalorização** de um ativo no resultado do período **apenas se o valor contábil desse ativo for superior ao seu valor recuperável**.

Se Valor Contábil > Valor Recuperável = Perda por desvalorização

Nessa situação, a entidade deve reduzir o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável. A perda por desvalorização a ser reconhecida no resultado do período é mensurada com base no montante em que o valor contábil do ativo supera seu valor recuperável.

A contabilização da perda é a seguinte:

D – Perda por desvalorização (despesa: resultado)
C – Perda estimada por valor não recuperável (retificadora do ativo)

7. LISTA DAS QUESTÕES

1. (INÉDITA) O objetivo do CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos é estabelecer procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Nesse sentido, são exemplos de ativos que estão no alcance do CPC 01 os ativos imobilizados, os ativos intangíveis e os estoques.

2. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRF4/2010) A Cia. Delfim Verde, em obediência às normas brasileiras de contabilidade, fez, em 31/12/2009, o teste de recuperabilidade (*impairment test*) do valor de uma máquina utilizada na fabricação de seus produtos. Os dados abaixo foram levantados pelo departamento de contabilidade da empresa (em R$):

Valor em uso da máquina 620.000,00

Valor líquido de venda 610.000,00

Custo de aquisição 710.000,00

Depreciação Acumulada 70.000,00

A companhia deve registrar uma perda no valor do ativo de R$

a) 100.000,00.

b) 90.000,00.

c) 10.000,00.

d) 30.000,00.

e) 20.000,00.

3. (FCC/Agente Legislativo/ALESP/2010) A empresa Lâmbda S.A. realizou o teste de recuperabilidade de ativos e constatou a perda de valor em um ativo reavaliado, em montante inferior ao saldo da Reserva de Reavaliação. Essa empresa deve:

a) manter o valor do bem, uma vez que o mesmo apresenta o valor reavaliado.

b) lançar a perda a débito da conta de resultado, pelo valor total, realizando o valor da reserva de reavaliação.

c) reverter a reserva de reavaliação do Patrimônio Líquido contra a conta de reserva de reavaliação no Ativo.

d) lançar a perda a crédito da conta de ajuste especial no Patrimônio Líquido.

e) registrar contra a conta de reavaliação no Patrimônio Líquido, até o montante do valor da perda.

4. (CESPE/Analista Judiciário/Contadoria/STJ/2015) A respeito da mensuração de ativos e da aplicação dos seus respectivos procedimentos patrimoniais, julgue o item que se segue.

A reversão da perda por irrecuperabilidade de ativos deve ser reconhecida em contas de patrimônio líquido, em razão de sua natureza.

5. (CONSULPLAN/Exame Suficiência/2019.1) Com base na NBC TG 01 (R4) – Redução ao valor recuperável de ativos, analise as afirmativas a seguir.
I. A perda por desvalorização do ativo deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado, a menos

que o ativo tenha sido reavaliado. Qualquer desvalorização de ativo reavaliado deve ser tratada como diminuição do

saldo da reavaliação.

II. As perdas por desvalorização reconhecidas para o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) devem ser

revertidas em períodos subsequentes.

III. A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido

desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.

Estão corretas as afirmativas

a) I, II e III.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

6. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRT7/2017) Determinada empresa adquiriu um equipamento produtivo, com vida útil estimada de dez anos, pelo valor de R$ 250 mil. A empresa trabalha com um valor residual de 10% para todos os seus ativos produtivos. Ao final do quinto ano de uso, após apurada e contabilizada a depreciação correspondente de todos os ativos da empresa, avaliou-se o valor em uso do referido equipamento produtivo em R$ 125 mil, e o seu valor justo, líquido das despesas de venda, em R$ 135 mil.
Nessa situação hipotética, a empresa deverá reconhecer uma perda por desvalorização do equipamento no valor de

a) R$ 2,5 mil.

b) R$ 10,0 mil.

c) R$ 12,5 mil.

d) R$ 22,5 mil.

7. (CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2015) **Situação hipotética**: Ao final de 2014, determinada companhia estimou o valor em uso do seu imobilizado em R$ 2 milhões e o valor líquido de venda em R$ 1,7 milhão. Na mesma data, o valor contábil líquido desse imobilizado era de R$ 1,5 milhão. **Assertiva**: Nesse caso, a companhia deve fazer um lançamento contábil para redução ao valor recuperável, cujo débito será em conta de resultado, resultando em redução da situação líquida da companhia.

8. (CESPE/Contador/FUB/2015) Com relação a avaliação e mensuração de itens patrimoniais, julgue o item que se segue.
Considere que uma máquina industrial tenha sido adquirida por R$ 120 mil e, posteriormente, tenha sofrido depreciação de R$ 20 mil. O valor em uso dessa máquina foi calculado em R$ 95 mil e seu valor líquido de venda foi apurado em R$ 97,5 mil. Nessa situação, caso a empresa deseje manter o bem em operação, deveria constituir provisão para redução ao valor recuperável de R$ 5 mil.

9. (CESPE/Auditor Governamental/CGE-PI/Adaptada/2015) Se, após o levantamento dos saldos e antes do encerramento do balanço, for constatada perda de valor recuperável de ativos imobilizados, essa perda deverá ser registrada em conta própria do ativo imobilizado e terá impacto negativo no resultado do exercício.

10. (CESPE/Contador/SUFRAMA/2014) Acerca dos itens tratados nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.
Uma empresa aufere benefícios de um ativo com o seu uso ou sua venda, normalmente avaliado pelo seu valor de troca. Assim, para determinar o valor recuperável de um item considerado como unidade geradora de caixa, deve-se obter o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda e o valor em uso.

11. (CESPE/Consultor Legislativo/Câmara dos Deputados/2014) A aplicação do teste de valor recuperável a um ativo ou grupo de ativos de longo prazo visa assegurar que seu valor contábil líquido não seja superior ao seu valor recuperável, definido como o menor valor entre o valor líquido de venda e o valor em uso.

12. (CESPE/Analista/Ciências Contábeis/ANTAQ/2014) Acerca da forma de contabilização e mensuração de itens patrimoniais, julgue o item subsecutivo.
Considere que o valor contábil líquido de um equipamento industrial seja R$ 10.000, o valor em uso, R$ 9.000 e o valor líquido de venda, R$ 10.100. Nessa situação, caso a empresa deseje continuar usando o bem em seu processo produtivo, deverá ser constituída provisão, para a redução ao valor recuperável, de R$ 1.000.

13. (CESPE/Especialista/Contabilidade/ANATEL/2014) No item a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.
Um item do imobilizado de uma empresa foi registrado inicialmente pelo valor de custo de R$ 200 mil. Dois anos depois, a amortização acumulada desse imobilizado foi de R$ 80 mil. Entretanto, foram estimados os seguintes valores para esse imobilizado: R$ 110 mil para o valor em uso e R$ 140 mil para o valor justo líquido da despesa de venda. Nessa situação, no final do segundo ano deverá ser reconhecida uma perda por impairment, referente a esse item, no valor de R$ 20 mil.

14. (CESPE/Especialista/Contabilidade/ANATEL/2014) Havendo indícios da redução do valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida, deve-se proceder ao teste de redução do valor recuperável, comparando-se esse valor com o valor de mercado do ativo.

15. (CESPE/Contador/CADE/2014) De acordo com o posicionamento técnico do CPC, julgue o item subsequente, relativo ao *impairment test*.
A entidade deve testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) em aquisições de participação societária que lhe permita obter o controle da adquirida.

16. (CESPE/Contador/CADE/2014) De acordo com o posicionamento técnico do CPC, julgue o item subsequente, relativo ao *impairment test*.

A entidade deve realizar o teste de recuperabilidade de um ativo intangível com vida útil indefinida, comparando seu valor contábil com seu valor recuperável, ainda que não haja indícios de desvalorização do referido ativo.

17. (CESPE/Contador/MJ/2013) Considerando os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item seguinte.
Para fins de teste do valor recuperável de um ativo, dois valores são considerados para a comparação com o valor contábil: o valor de venda e o valor em uso desse ativo, devendo ser escolhido o maior entre os dois.

18. (CESPE/Telebras/Contador/2013) O valor contábil corresponde ao valor histórico pelo qual um ativo é reconhecido no balanço, antes da dedução de toda depreciação, amortização, exaustão acumulada, provisão para perdas ou teste de *impairment*.

19. (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE- MS/2013/Adaptada) A perda em um imobilizado decorrente do teste de recuperabilidade significa que o valor contábil excedia o valor recuperável.

20. (CESPE/Analista/Contabilidade e Finanças/BACEN/2013) Acerca do processo contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação, julgue o item a seguir.
Na contabilização de ativos, os ativos intangíveis serão amortizados e dispensados do *impairment test*, caso sua vida útil seja definida.

21. (CESPE/Analista/Ciências Contábeis/SEGER-ES/2013) Considere que 15 dias antes do encerramento do exercício social, uma máquina industrial tenha apresentado valor contábil de R$ 100.000,00. Considere, ainda que, na data do encerramento do exercício social, o contador tenha constatado que essa máquina poderia estar com problemas de recuperabilidade do seu valor.
A estimativa era que a máquina apresentasse um valor em uso de R$ 95.000,00, um valor justo de R$ 102.000,00 e custos de venda no valor de R$ 3.000,00. Nessa situação hipotética, em relação à avaliação desse ativo imobilizado, o contador deverá

a) reconhecer uma perda por valor recuperável no valor de R$ 1.000,00.

b) reconhecer uma perda por valor recuperável no valor de R$ 5.000,00.

c) aumentar o valor do ativo para R$ 102.000,00, que representa o seu valor justo.

d) reconhecer imediatamente os custos de venda como despesas.

e) desconsiderar reconhecer qualquer perda por valor recuperável para o referido ativo.

22. (CESPE/Técnico Judiciário/Contabilidade/TRE-MS/2013) A perda em um imobilizado decorrente do teste de recuperabilidade significa que
a) o valor de aquisição excedia o valor da depreciação.

b) o valor contábil excedia o valor recuperável.

c) o valor recuperável excedia o valor contábil líquido.

d) o valor em uso excedia o valor contábil.

e) o valor de venda líquido excedia o valor contábil.

23. (CESPE/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-RJ/2012) O valor recuperável é definido como o maior número absoluto entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor de uso.

24. (CESPE/Analista/Controle Interno/MPU/2010) Determinado ativo imobilizado apresentou resultado econômico pior que o esperado. A empresa estimou, com base em estudo técnico, que o valor contábil líquido era maior que o valor recuperável. Nessa situação, no balanço patrimonial, o valor do imobilizado deve ser reduzido pelas perdas estimadas por valor não recuperável.

25. (CESPE/Técnico/Controle Interno/MPU/2010) Com base na Lei n. 6.404/1976 e suas alterações posteriores, julgue o próximo item acerca da contabilização de componentes patrimoniais e de resultado.

A entidade deve avaliar a recuperabilidade de seus ativos financeiros ao final do exercício; assim, a entidade deve avaliar, na data de cada balanço geral, se existe ou não qualquer prova objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, esteja sujeito a perda recuperável.

26. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/Ciências Contábeis/ABIN/2010) No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética que não está relacionada com combinações de negócios, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Determinada entidade, ao realizar os testes para a recuperabilidade de seus ativos, não encontrou mercado ativo para sua unidade geradora de caixa, estimando, porém, que o correspondente valor em uso era de R$ 10 milhões. O valor contábil líquido da unidade geradora de caixa registrava R$ 12 milhões. Nessa situação, a entidade deveria reconhecer o fato com reduções no ativo e no resultado do período pelo valor da diferença de R$ 2 milhões.

27. (CESPE/Oficial Técnico de Inteligência/Ciências Contábeis/ABIN/2010) No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética que não está relacionada com combinações de negócios, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Ao realizar os testes para a recuperabilidade de seus ativos, determinada entidade realizou as estimativas para o valor recuperável de sua unidade geradora de caixa, encontrando um valor realizável líquido de R$ 3,5 milhões e um valor de uso de R$ 3 milhões. O valor contábil líquido da unidade geradora de caixa está registrado como R$ 4 milhões. Nessa situação, a entidade deverá reconhecer uma perda ao valor recuperável de R$ 1 milhão.

28. (FGV/Agente de Fiscalização/Ciências Contábeis/TCM-SP/2015) No exercício de 20x4, a Cia. Norte apurou perdas de R$12.000,00 por redução ao valor recuperável de um ativo imobilizado, cujo custo de aquisição foi de R$80.000,00 e estava 40% depreciado.

Os lançamentos contábeis da Cia. Norte ao final do exercício de 20x4 relativos à redução do imobilizado ao seu valor recuperável são os seguintes:

a) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$12.000,00

C – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$12.000,00;

b) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$12.000,00

C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$12.000,00;

c) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$36.000,00

C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$36.000,00;

d) D – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$20.000,00

C – Depreciação acumulada – R$8.000,00

C – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$12.000,00;

e) D – Perda por desvalorização (resultado do exercício) – R$ 44.000,00

C – Depreciação acumulada – R$32.000,00

C – Perdas estimadas por valor não recuperável (redutora do Ativo) – R$12.000,00.

29. (FGV/Agente de Fiscalização/Ciências Contábeis/TCM-SP/2015) A Armazéns Gerais Épsilon S.A. é proprietária de diversas instalações ao redor do Brasil. Uma dessas instalações está localizada próximo a uma rodovia que dá acesso a um porto, e foi inaugurada em 1º de março de 2008, quando se estimava que essa instalação teria uma vida útil de 30 anos e nenhum valor residual. Desde então essas estimativas não se modificaram, nem tampouco houve o reconhecimento de quaisquer ajustes para perdas, e a Armazéns Gerais Épsilon S.A. vem depreciando o custo de R$60.000.000 da instalação pelo método da linha reta.
Porém, em fevereiro de 2015, foi anunciado que o porto ao qual a rodovia próxima a essa instalação da companhia dá acesso deverá passar por uma longa reforma. Considerando desde a licitação do projeto até a conclusão das obras, o processo de reforma do porto poderá se estender por mais de 5 anos. Em virtude disso, a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. acredita que o volume de negócios dessa instalação será comprometido, e decidiu aplicar um teste de redução ao valor recuperável desse ativo. O teste foi concluído em 1º de março de 2015, data em que o valor justo da instalação foi avaliado em R$47.000.000, e o valor em uso foi avaliado em R$40.000.000.

Como a administração da Armazéns Gerais Épsilon S.A. estima que a venda dessa instalação acarretaria despesas de R$3.000.000, o valor líquido pelo qual esse ativo deve ser apresentado em 1º de março de 2015 é de:

a) R$40.000.000;

b) R$43.000.000;

c) R$44.000.000;

d) R$46.000.000;

e) R$47.000.000.

30. (FGV/Analista Contábil/DPE-RO/2015) Em 01/01/x1, a empresa de navegação Senrota conquistou o direito de concessão para explorar economicamente o transporte de balsa do rio Tuiuiu, em consonância com seu objetivo social. O contrato previa também a prestação de serviços de transporte de balsa para os rios Obaba e Sotutu, todos no estado do Alagados.
O contrato de concessão irá vigorar por 10 anos, renováveis por igual período, caso a Senrota atenda todos os requisitos do contrato, entre eles, disponibilizar nove balsas distribuídas pelos três rios (vide tabela abaixo).

Os investimentos necessários para prestar o serviço e atender o contrato são os seguintes:

Rio	Investimento $	Nº mínimo de balsas exigidas no contrato
Tuiuiu	100.000.000,00	3
Obaba	85.000.000,00	4
Sotutu	25.000.000,00	2
TOTAL	210.000.000,00	9

Em 01/01/x2, a Senrota fez um teste de recuperabilidade dos seus ativos e chegou aos seguintes números:

Considerando essas informações, a Senrota deve reconhecer uma perda de valor recuperável de ativos no valor de:

Rio	Balsa	Valor de Mercado $	Valor de Uso $
Tuiuiu	Balsa 1	20.000.000	25.000.000
	Balsa 2	20.000.000	35.000.000
	Balsa 3	20.000.000	40.000.000
Obaba	Balsa 1	20.000.000	8.000.000
	Balsa 2	20.000.000	20.000.000
	Balsa 3	20.000.000	20.000.000
	Balsa 4	20.000.000	25.000.000
Sotutu	Balsa 1	20.000.000	20.000.000
	Balsa 2	20.000.000	15.000.000
	TOTAL	180.000.000	208.000.000

a) Zero;

b) $ 2.000.000 – para todo o contrato de concessão;

c) $ 7.000.000 – todas as balsas Obaba;

d) $ 12.000.000 – Balsa 1 – Obaba; e $ 5.000.000 – Balsa 2 – Sotutu;

e) $ 30.000.000 – para todo o contrato de concessão.

31. (FGV/Analista/Contador/DPE-MT/2015) Para mensurar o valor em uso no teste de *impairment*, uma entidade deve fazer estimativas de fluxos de caixa futuros.
De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, as estimativas de fluxos de caixa futuros devem incluir

a) os recebimentos ou pagamentos de tributos sobre a renda.

b) as entradas ou saídas de caixa provenientes de atividades de financiamento

c) as saídas de caixa que se referem a obrigações que já foram reconhecidas como passivos, como contas a pagar.

d) as entradas de caixa advindas de ativos que geram outras entradas de caixa que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa do ativo sob revisão.

e) as projeções de saídas de caixa que são necessariamente incorridas para gerar as entradas de caixa advindas do uso contínuo do ativo e que podem ser diretamente alocadas, em base consistente e razoável, ao ativo.

32. (FGV/Técnico Judiciário/TJ-GO/2014) O procedimento que uma empresa deve adotar quando identifica que uma unidade geradora de caixa (conjunto de ativos) possui um valor acima do valor de mercado é:

a) nenhum, pois as depreciações futuras irão ajustar qualquer diferença existente;

b) acelerar sua depreciação, de modo que os valores dos ativos correspondam ao valor de mercado;

c) verificar o valor de uso dos ativos, ou seja, verificar o quanto gera de benefícios para a empresa;

d) reconhecer uma perda do valor recuperável dos ativos pela diferença do valor líquido contábil com o valor de mercado;

e) reconhecer uma perda do valor recuperável dos ativos pela diferença do valor residual com o valor de mercado.

33. (FCC/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-SP/2017) A Cia. Verdão possuía, em 31/12/2016, no ativo imobilizado, um maquinário para a produção de camisetas. Os saldos das contas referentes a esse maquinário, no final de 2016, são:

	(em R$)
Imobilizado (custo de aquisição):	500.000,00
(−) Depreciação acumulada:	120.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	380.000,00

A pedido da controladoria, em 31/12/2016, foi realizado um teste de recuperabilidade do ativo (impairment), obtendo os seguintes valores:

	(em R$)
Valor em uso do maquinário:	350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda:	220.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a Cia. Verdão

a) não reconheceu perda por impairment.

b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 130.000,00.

c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 30.000,00.

d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 160.000,00.

e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 150.000,00.

34. (FCC/Agente de Fiscalização/ARTESP/2017) A empresa Ferro e Fogo S.A. possuía, em 31/12/2016, em seu ativo imobilizado, uma Máquina Xtreme especializada em derretimento de níquel utilizada na produção de ligas de aço, com os seguintes saldos:

Custo de aquisição: R$ 2.000.000,00

(−) Depreciação acumulada: R$ 100.000,00

(=) Valor contábil do ativo: R$ 1.900.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperação do Ativo (teste de impairment), a empresa obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Máquina: R$ 1.800.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 1.600.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a empresa Ferro e Fogo S. A.

a) não fez nenhum ajuste (não reconheceu perda por impairment).

b) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 100.000,00.

c) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 200.000,00.

d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 300.000,00.

e) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 400.000,00.

35. (FCC/Analista de Gestão/Contabilidade/SABESP/2014) A empresa Boas Ideias adquiriu, em 02/01/2013, uma Marca por R$ 300.000 à vista. Adicionalmente, a empresa incorreu em gastos de R$ 50.000 para registro dessa Marca. Na data da aquisição, a empresa Boas Ideias estimou que a vida útil da Marca era indefinida.
Em 31/12/2013, ao realizar o teste de recuperabilidade do ativo (*impairment*), a empresa Boas Ideias obteve as seguintes informações:

Valor em uso da Marca: R$ 320.000.

Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 290.000.

Pela análise do teste de *impairment*, a empresa Boas Ideias

a) não fez nenhum ajuste.

b) reconheceu uma perda de R$ 10.000.

c) reconheceu um ganho de R$ 20.000.

d) reconheceu uma perda de R$ 60.000.

e) reconheceu uma perda de R$ 30.000.

36. (FCC/Agente Fiscal de Rendas/ICMS/SP/2013) O Balanço Patrimonial da Cia. Conservadora, apurado em 31/12/2012, após o reconhecimento da depreciação do exercício social de 2012 e antes de proceder aos testes de recuperabilidade de seus ativos, apresentou:

Ativo Imobilizado	R$
Máquina	45.000,00
Depreciação Acumulada	(25.000,00)
Valor Contábil	20.000,00

Para realizar o teste de recuperabilidade da máquina, foram identificados:

- Valor justo da máquina em 31/12/2012: R$ 19.000,00

- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda em 31/12/2012: R$ 2.000,00

- Tempo de vida útil remanescente estimado para a máquina em 31/12/2012: 3 anos

- Valor em uso em 31/12/2012: R$ 18.000,00

- Valor de venda estimado da máquina, no final de sua vida útil: R$ 1.500,00

- Gastos estimados para a retirada e venda da máquina (despesa de venda), no final de sua vida útil: R$ 500,00. - Taxa de desconto: 10% a.a.

Nessas condições, o valor registrado como perda por redução ao valor recuperável foi, em 31/12/2012, em R$,

a) 0,00

b) 1000,00

c) 1.248,69

d) 2.000,00

e) 3.000,00

37. (FCC/Auditor/Contabilidade/TCE-RS/2014) A Cia. Marcas Famosas S.A. possuía, em 31/12/2013, um ativo Intangível com vida útil indefinida cujo valor contábil era R$ 200.000,00, o qual era composto por:

– Custo de aquisição: R$ 280.000,00.

– Perda por desvalorização (reconhecida em 2013): R$ 80.000,00.

Em junho de 2014, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo Intangível e obteve as seguintes informações:

– Valor em uso do ativo: R$ 290.000,00.

– Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R$ 240.000,00.

Complementarmente, as evidências indicaram que a vida útil desse ativo continua indefinida. Nesse caso, a Cia. Marcas Famosas S.A., em junho de 2014,

a) reconheceu um ganho no valor de R$ 40.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

b) reconheceu um ganho no valor de R$ 80.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

c) não fez nenhum registro.

d) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R$ 40.000,00.

e) reconheceu um ganho no valor de R$ 90.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

38. (FCC/Analista de Controle Externo/Auditoria Governamental/TCE-CE/2015) A empresa Marcas Diversas S.A. apresentava em 31/12/2014 o saldo de R$ 3.500.000,00 na conta Intangíveis, correspondente a uma patente adquirida no passado. A composição deste saldo era a seguinte:
− Custo de aquisição: R$ 5.000.000,00.

− Amortização acumulada até 31/12/2014: R$ 1.500.000,00.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou o teste de recuperabilidade ("impairment") para esta patente e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso da patente: R$ 3.600.000,00.

− Valor justo líquido de despesas de venda: R$ 3.000.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado para este ativo (patente) no Balanço Patrimonial da empresa Marcas Diversas S.A. em 31/12/2014 foi, em reais,

a) 3.500.000,00.

b) 3.600.000,00.

c) 3.000.000,00.

d) 5.000.000,00.

e) 0,00 (a patente não deve ser registrada por ser intangível).

39. (FCC/Analista/Contabilidade/CNMP/2015) O saldo da conta Intangíveis da empresa Explora Marcas S.A., em 31/12/2013, correspondia a um ativo intangível com vida útil indefinida. O valor contábil deste ativo era R$ 840.000,00 e sua composição era:

− Custo de aquisição: R$ 960.000,00.

− Perda por desvalorização reconhecida em 2012: R$ 120.000,00.

Para a elaboração do Balanço Patrimonial de 31/12/2013, a empresa realizou o teste de recuperabilidade do Ativo ("impairment") com as seguintes informações disponíveis:

− Valor em uso: R$ 740.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 800.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Explora Marcas S.A., em 31/12/2013, foi, em reais,

a) 960.000,00.

b) 680.000,00.

c) 840.000,00.

d) 740.000,00.

e) 800.000,00.

40. (FCC/Auditor/TCM-RJ/2015) Uma empresa apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2012 um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pelo valor contábil de R$ 20.000.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:

− Custo de aquisição: R$ 24.000.000,00.

− Perda por desvalorização ("impairment"): R$ 4.000.000,00.

Em 31/12/2013 a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade ("impairment") para este ativo intangível e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso do intangível: R$ 21.000.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda do intangível: R$ 19.000.000,00.

Nas demonstrações contábeis do ano de 2013, a empresa

a) manteve o valor contábil de R$ 20.000.000,00 no Balanço Patrimonial de 31/12/2013.

b) reconheceu, no resultado do ano de 2013, um ganho no valor de R$ 1.000.000,00 decorrente da reversão de parte da perda por desvalorização.

c) reconheceu uma perda por desvalorização, no resultado do ano de 2013, no valor de R$ 1.000.000,00.

d) reconheceu, no resultado do ano de 2013, um ganho no valor de R$ 4.000.000,00 decorrente da reversão da perda por desvalorização anterior.

e) reconheceu, no resultado do ano de 2013, uma perda por desvalorização no valor de R$ 3.000.000,00.

41. (FCC/Auditor de Controle Interno/CGM São Luís/2015) A Cia. Industrial S.A. apresentava, em 31/12/2014, o saldo de R$ 830.000,00 no Imobilizado, correspondente a uma máquina. A composição do saldo era a seguinte:
Custo de aquisição: R$ 1.500.000,00

Depreciação Acumulada (até 31/12/2014): R$ 400.000,00

Perda por Impairment Acumulada (reconhecida em 2013): R$ 270.000,00

Antes de elaborar as suas demonstrações contábeis de 2014, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo em 31/12/2014 e obteve as seguintes informações para esta máquina:

Valor em uso: R$ 800.000,00

Valor justo líquido das despesas de venda: R$ 750.000,00

Com base nestas informações, o valor contábil deste ativo que a Cia. Industrial S.A. deveria ter apresentado, em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2014, era, em reais,

a) 830.000,00.

b) 780.000,00.

c) 750.000,00.

d) 1.100.000,00.

e) 800.000,00.

42. (FCC/Analista Previdenciário/Contabilidade/MANAUSPREV/2015) A Cia. Sofitel possuía, em 31/12/2014, em seu ativo intangível, uma patente com vida útil indefinida, com as seguintes informações em reais:

Custo de Aquisição	1.200.000,00
(-) Perda por Impairment	200.000,00
(=) Valor Contábil do Ativo	1.000.000,00

Ao realizar o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) em 31/12/2014, a Cia. obteve as seguintes informações em reais:

Valor em uso do ativo	1.050.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda	900.000,00

Com base nestas informações, em 31/12/2014, a Cia. Sofitel reconheceu

a) um ganho por reavaliação de R$ 50.000,00.

b) uma perda por impairment de R$ 150.000,00.

c) uma reversão da perda por impairment de R$ 50.000,00.

d) uma perda por impairment de R$ 100.000,00.

e) uma reversão da perda por impairment de R$ 200.000,00.

43. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ-PE/2015) A empresa Patentes & Cia. possuía, em 31/12/2014, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R$ 420.000,00 apresentava a seguinte composição:

− Custo de aquisição: R$ 480.000,00.

− Perda por desvalorização reconhecida em 2013: R$ 60.000,00

Em 31/12/2014, antes de encerrar o exercício social do ano, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (*impairment*) e obteve as seguintes informações:

− Valor em uso: R$ 370.000,00.

− Valor justo líquido de despesas de venda: R$ 400.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Patentes & Cia., em 31/12/2014, foi, em reais,

a) 420.000,00.

b) 400.000,00.

c) 370.000,00.

d) 480.000,00.

e) 390.000,00.

44. (FCC/Auditor de Controle Externo/Contábil/TCM-GO/2015) Uma empresa é proprietária de um ativo intangível de vida útil indefinida que foi apresentado no balanço patrimonial de 31/12/2013 pelo valor contábil de R$ 1.200.000,00, composto pelos seguintes valores:
− Custo de aquisição: R$ 1.680.000,00.

− Perda por desvalorização (“impairment”): R$ 480.000,00.

Para a apresentação do Balanço Patrimonial de 31/12/2014, a empresa realizou novamente o teste de recuperabilidade do ativo (“impairment”) e obteve as seguintes informações para o ativo intangível:

− Valor em uso do ativo: R$ 1.500.000,00.

− Valor justo líquido das despesas de venda do ativo: R$ 1.440.000,00.

Sabendo-se que a empresa tem evidências de que a vida útil deste ativo intangível continua indefinida, no resultado de 2014 deve

a) reconhecer um ganho no valor de R$ 300.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

b) não fazer nenhum registro.

c) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R$ 180.000,00.

d) reconhecer um ganho no valor de R$ 480.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

e) reconhecer um ganho no valor de R$ 240.000,00 pela reversão da perda por desvalorização contabilizada anteriormente.

45. (FCC/Conselheiro Substituto/TCM-GO/2015) A Cia. PAR possuía, em 31/12/2013, um ativo imobilizado para o qual as seguintes informações, após o reconhecimento da despesa de depreciação para o ano de 2013, eram conhecidas:

Custo de aquisição:	R$ 700.000,00
(−) Depreciação acumulada:	R$ 300.000,00
(=) Valor contábil do ativo:	R$ 400.000,00

Nesta mesma data (31/12/2013) a Cia. realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (teste de impairment) e obteve as seguintes informações:

Valor em uso do ativo:	R$ 380.000,00.
Valor justo líquido das despesas de venda:	R$ 350.000,00.

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2013, o valor contábil deste ativo que a Cia. PAR evidenciou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2013 foi, em reais,

a) 400.000,00.

b) 380.000,00.

c) 350.000,00.

d) 700.000,00.

e) 370.000,00.

46. (AOCP/Analista Judiciário/Contabilidade/TRE-AC/2015) A norma contábil que trata da redução do valor recuperável de ativos é o CPC 01 (R1) que estabelece os procedimentos que uma entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Referente ao assunto, assinale a alternativa correta.
a) Unidade Geradora de Caixa é o maior grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são, em grande parte, independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

b) Valor Recuperável de um ativo ou de Unidade Geradora de Caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

c) Valor contábil é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago peia transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

d) Perda por desvalorização é a alocação sistemática do valor de ativos durante sua vida útil.

e) Despesa de venda ou de baixa é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

47. (ESAF/AFRFB/2012) A empresa Highlith S.A. implantou nova unidade no norte do país. Os investimentos na unidade foram de R$ 1.000.000,00, registrados no ativo imobilizado. No primeiro ano, a empresa contabilizou um ajuste de perda de valor recuperável de R$ 15.000,00. No segundo ano, o valor da unidade, caso fosse vendida para o concorrente e único interessado na aquisição, seria de R$ 950.000,00. Ao analisar o valor do fluxo de caixa descontado da unidade, apurou-se um valor de R$ 980.000,00. Dessa forma, deve o contador da empresa
a) manter o valor do investimento, visto não haver perda de valor recuperável.

b) reconhecer um complemento de perda de valor recuperável de R$5.000,00.

c) reverter parte da perda de valor recuperável no valor de R$ 25.000,00.

d) registrar um complemento de perda de valor recuperável de R$ 15.000,00.

e) estornar o total da perda de valor recuperável de R$ 50.000,00.

48. (CESGRANRIO/Contador Júnior/Petrobras/2014) A companhia TZ possui um equipamento reconhecido no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2012 pelo valor de R$ 180.000,00 e depreciação acumulada de R$ 60.000,00.
Ao longo de todo o exercício findo em 2012, os administradores da companhia foram informados que o mercado regular desse equipamento mostrou tendência de queda acentuada de preço, o mesmo ocorrendo com o seu desempenho econômico, que foi bem pior que o esperado.

No início de 2013, perante tal quadro, a administração solicitou uma estimativa do valor recuperável do equipamento para avaliar a necessidade de reconhecer alguma perda por sua desvalorização.

Nos levantamentos e estudos realizados, foram apurados:

Valor de venda do equipamento, estimado em bases comutativas R$ 110.000,00

Gastos previstos para colocar o equipamento em condições de venda R$ 5.000,00

Valor em uso do equipamento estimado pelos fluxos de caixa futuros, que o equipamento pode gerar para a empresa na vida útil restante, trazidos a valor presente R$ 98.250,00

Considerando exclusivamente as informações fornecidas e que todas elas estão ao abrigo da legislação societária, das normas e dos pronunciamentos contábeis, inerentes à matéria, a perda decorrente da redução do valor do equipamento a seu valor recuperável, em reais, é

a) 10.000,00

b) 15.000,00

c) 21.750,00

d) 70.000,00

e) 81.750,00

49. (CESGRANRIO/Contador/CEFET-RJ/2014) A companhia, quando elaborou as demonstrações contábeis/2013, comprovou que um Equipamento imobilizado, com valor contábil bruto de R$ 60.000,00 e depreciação acumulada, nos 4 anos de uso e turno único, em R$ 24.000,00, vem apresentando indícios de perda no seu valor recuperável, o que levou a companhia a aplicar o teste de impairment, chegando aos seguintes elementos:

• O valor de venda do equipamento, num mercado ativo e consistente, é estimado em R$ 35.000,00.

• Os custos e despesas para a efetivação dessa venda é de R$ 5.000,00.

• O valor do equipamento em uso, apurado pelas receitas futuras anuais de R$ 10.000,00, para um período de 5 anos à taxa de desconto, livre de risco e incerteza, de 15%, totalizou R$ 33.522,00 (arredondados).

Considerando exclusivamente os valores apresentados e as orientações do CPC 01 (R1), o valor a ser reconhecido pela companhia como perda por impairment, em reais, é de:

a) 1.000,00

b) 1.478,00

c) 2.478,00

d) 3.522,00

e) 6.000,00

50. (CESGRANRIO/Profissional Básico/Contabilidade/BNDES/2013) Na Resolução CFC nº 1.292/2010, que aprova a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 — Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) trata dos procedimentos que a entidade deve adotar com relação ao registro contábil de ajustes para perdas por desvalorização de Ativos.

Nos termos da aludida NBC TG 01, um Ativo está desvalorizado quando o seu valor

a) residual excede o valor de mercado.

b) recuperável for maior que seu valor original ajustado a valor presente.

c) justo líquido de despesa de venda for maior que o valor contábil.

d) original menos o valor residual for igual à depreciação acumulada.

e) contábil excede o seu valor recuperável.

51. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2015.2) Uma Sociedade Industrial, ao analisar um determinado Ativo Imobilizado, identificou as seguintes evidências, em 31.12.2014:

Informações:	
✓ Valor líquido de venda	R$2.040.000,00
✓ Valor em uso	R$2.000.000,00
Saldos contábeis:	
✓ Valor contábil bruto – custo de aquisição	R$3.200.000,00
✓ Depreciações acumuladas	R$800.000,00
✓ Perda estimada em valor não recuperável	R$240.000,00

De acordo com a NBC TG 27 (R2) – Ativo Imobilizado, a perda por redução ao valor recuperável complementar a ser reconhecida no resultado, ao final do período de 2014, é de:

a) R$120.000,00.

b) R$240.000,00.

c) R$1.040.000,00.

d) R$1.200.000,00.

52. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2012.2) Um item do imobilizado foi registrado, ao custo de aquisição, por R$60.000,00 e tem depreciação acumulada de R$12.000,00. As informações coletadas pela empresa indicam:

Valor em uso R$47.000,00

Valor justo líquido da despesa de venda R$50.000,00

Com base nessas informações, é CORRETO afirmar que o valor recuperável do ativo é de:

a) R$47.000,00, não sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável.

b) R$47.000,00, sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável negativo de R$1.000,00.

c) R$50.000,00, não sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável.

d) R$50.000,00, sendo, portanto, necessário proceder a um ajuste ao valor recuperável positivo de R$3.000,00.

53. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Uma empresa industrial possui um Ativo Imobilizado cujo custo histórico é igual a R$50.000,00 e cuja depreciação acumulada equivale a R$12.000,00. A empresa apurou, para esse ativo, um valor justo líquido de despesas de venda de R$10.000,00 e um valor em uso de R$20.000,00.

Com base nos dados informados, considerando a NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos –, o valor a ser registrado como perda por desvalorização do Ativo Imobilizado será de:

a) R$18.000,00.

b) R$28.000,00.

c) R$30.000,00.

d) R$40.000,00.

54. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2011.2) Redução ao Valor Recuperável de Ativos se aplica a todos os ativos a seguir, EXCETO a:
a) Ativo Intangível.

b) Estoque.

c) Imobilizado.

d) Investimento em Controlada.

55. (FBC/Exame de Suficiência CFC/Bacharel/2017.2) Uma Sociedade Empresária apresentava em seu Balanço Patrimonial de 31.12.2016, diante da presença de indicativo de perda para um determinado ativo imobilizado – mas antes da realização do Teste de Redução ao Valor Recuperável –, um imobilizado registrado pelo valor contábil de R$20.000.000,00, o qual era composto pelos seguintes valores:
Custo de Aquisição: R$24.000.000,00.

Depreciação Acumulada: R$4.000.000,00.

Após realizar o Teste de Redução ao Valor Recuperável para este ativo imobilizado, a Sociedade Empresária obteve as seguintes informações:

Valor em uso do imobilizado: R$21.000.000,00.

Valor justo líquido das despesas de venda do imobilizado: R$19.000.000,00.

Considerando-se apenas as informações apresentadas e o que dispõe a NBC TG 01 (R3) – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, para a correta evidenciação dos fatos apresentados nas Demonstrações Contábeis do ano de 2016, a Sociedade Empresária deve:

a) manter o valor contábil de R$20.000.000,00 no Balanço Patrimonial apresentado ao final do ano de 2016.

b) reconhecer uma perda estimada para redução ao valor recuperável, na Demonstração do Resultado do período, no valor de R$1.000.000,00.

c) reconhecer, no resultado do ano de 2016, uma perda estimada para redução ao valor recuperável no valor de R$3.000.000,00.

d) reverter parcialmente a Depreciação Acumulada e reconhecer um ganho, na Demonstração do Resultado do período, de R$1.000.000,00.

56. (CESPE/Perito Criminal Federal/Contabilidade/DPF/2013)
O desempenho econômico de um ativo imobilizado de determinada companhia ficou abaixo da expectativa durante o exercício de 2012. O contador dessa companhia estimou que os possíveis

valores recuperáveis seriam R$ 220.000,00, quando estimado o valor de venda, e R$ 210.000,00, quando estimado o valor em uso, de acordo com a vida útil restante e com os fluxos de caixa futuros que ainda poderiam ser gerados por este ativo. Esses valores estimados mostraram-se inferiores ao valor contábil líquido reconhecido atualmente, que é de R$ 250.000,00.

Considerando a situação hipotética apresentada, redija um texto dissertativo, abordando os seguintes aspectos:

- Situação em que o teste de recuperabilidade não leva a ajuste do valor do ativo; [valor: 3,10 pontos]
- Situação em que o teste de recuperabilidade leva a ajuste do valor do ativo (redução); [valor: 3,10 pontos]
- Procedimento contábil que deve ser aplicado pela companhia; [valor: 3,10 pontos]
- Determinação do valor da redução a ser contabilizado, se for o caso. [valor: 3,10 pontos]

Extensão Máxima: 30 linhas

8. GABARITO

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.
E	E	E	E	C	A	E	E	C	C	E	E
13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.
E	E	C	C	C	E	C	E	A	B	C	C
25.	26.	27.	28.	29.	30.	31.	32.	33.	34.	35.	36.
C	C	E	A	C	A	E	C	C	B	E	D
37.	38.	39.	40.	41.	42.	43.	44.	45.	46.	47.	48.
B	A	E	B	E	C	B	A	B	B	B	B
49.	50.	51.	52.	53.	54.	55.	56.				
C	E	A	C	A	B	A	X				

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE:
PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.

1.

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.

2.

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).

3.

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).

4.

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).

5.

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).

6.

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).

7.

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.

8.

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.

Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.